



ELQ



ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS

Ano XVIII - Nº 209

DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário - Abril 1992 - 100\$00



I Encontro Nacional de Núcleos



- o coração da ADFA bateu em Alcobaça

14 de Maio — 18.º aniversário da ADFA

**Estar presente é dar força
à nossa Associação**

Actividades internacionais no âmbito da CPAE/FMAC

Em **Paris**, reunião preparatória da conferência de Varsóvia sobre os ex-combatentes e as mudanças na Europa



Em **Madrid**, encontro com organizações espanholas de antigos combatentes e mutilados de guerra



A ti, povo mártir de

TIMOR

o desejo de que a tua vontade seja determinante na definição do teu futuro



ASSINATURA

Informam-se os nossos assinantes de que o preço de assinatura anual do ELO, para 1992, é de 1000\$00 (11 números).

Sabendo que continua a ser um valor simbólico, não queremos deixar de informar que tal tem origem não só na normal inflação, como também na melhoria do papel utilizado, nos custos elevados da policromia e na frequente necessidade de maior número de páginas, acontecendo até que, tal como certamente se verificará também este ano, o anúncio de aumento do custo de papel costuma ser posterior à nossa actualização.

Acreditando poder continuar a contar com o seu interesse e atenção, salientamos que, actualmente, o pagamento da assinatura deve ser feito pessoalmente no serviço de contabilidade da Sede, ou nas Delegações, ou através de cheque ou vale de correio, emitido em nome da ADFA e dirigido a:

ADFA-ELO/Serviço de contabilidade
Palácio da Independência
Largo de S. Domingos

1194 LISBOA CODEX

Tabela de publicidade

Informa-se que a tabela de publicidade do ELO para 1992 é a seguinte:

1 página	72 000\$00
1/2 página	42 000\$00
1/4 página	24 000\$00
1/6 página	15 000\$00

— Módulos	
1 espaço (5 linhas)	420\$00
2 espaços (10 linhas)	720\$00
4 espaços (20 linhas)	1200\$00

Nota: Todos os anúncios estão sujeitos à taxa de 17%.

Anúncio até 10 palavras, a 1 coluna, para sócios é grátis.

TIPOGRAFIA-ESCOLA

Nas suas remodeladas e modernizadas secções de:

ENCADERNAÇÃO ● FOTOGRAFIA
IMPRESSÃO ● MONTAGEM
OFF-SET/TIPOGRAFIA

executa os mais variados trabalhos no campo das artes gráficas, nomeadamente:

LIVROS ● EMBALAGENS ● CARTÕES
● FACTURAS ● RECIBOS ● GUIAS DE
REMESSA ● CARTAS ● ENVELOPES

Contactar: *Tipografia-Escola ADFA*
(sr. Mário Mendes)
H. M. P. — Anexo Campolide
R. Artilharia Um, n.º 107
1200 LISBOA
☎ 65 35 93



— Ministério da Educação

● *Despacho Normativo n.º 271/91, de 18 de Novembro, publicado no «Diário da República», I.ª Série, n.º 265, parte B, de 18 de Novembro de 1991.*

— Cria o Curso de Técnico auxiliar de informática, exclusivamente destinado a alunos deficientes auditivos.

— Ministério do Emprego e da Segurança Social

● *Portaria n.º 1176/91, de 20 de Novembro, publicada no «Diário da República», I.ª Série, n.º 267, parte B, de 20 de Novembro de 1991.*

— Actualiza as pensões dos regimes de Segurança Social.

— Ministério do Emprego e da Segurança Social

● *Portaria n.º 49/92, de 29 de Janeiro, publicada no «Diário da República», I.ª Série, n.º 24, parte B, de 29 de Janeiro de 1992.*

— Altera o n.º 9.º da Portaria n.º 1176/91, de 20 de Novembro, que actualiza os valores das pensões da Segurança Social.

— Ministério das Finanças

● *Portaria n.º 77-A/92, de 5 de Fevereiro, publicada no «Diário da República», I.ª Série, n.º 30, 2.º Suplemento, parte B, de 1992.*

— Actualiza as remunerações dos funcionários e agentes da administração central, local e regional e a remuneração base do pessoal da Administração Pública, bem como as pensões, ajudas de custo e subsídios de refeição e de viagem e marcha, a partir de 1 de Janeiro de 1992.

— Ministério das Finanças

● *Portaria n.º 93/92, de 17 de Fevereiro, publicada no Diário da República, I Série, Parte B, N.º 40, de 17 de Fevereiro de 1992.*

— Aprova o modelo do cartão de identificação de contribuinte.

— Ministério do Emprego e da Segurança Social

● *Decreto-Lei n.º 50/92, de 9 de Abril, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 84, Parte-A, de 9 de Abril de 1992.*

— Fixa o Salário Mínimo Nacional.

— Ministério das Finanças e do Emprego e da Segurança Social

● *Portaria n.º 322/92, de 9 de Abril, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 84, Parte B, de 9 de Abril de 1992.*

— Actualiza os valores das prestações familiares no âmbito do regime de Segurança Social e de regime de protecção social da função pública. Revoga a Portaria n.º 56/91, de 19 de Janeiro.

— Ministério da Saúde

● *Decreto-Lei n.º 54/92, de 11 de Abril, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 86, Parte A, de 11 de Abril de 1992.*

— Estabelece o regime de taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e aos meios complementares de diagnóstico e terapêutica em regime de ambulatório, bem como as suas isenções.

— Ministério da Saúde

● *Portaria n.º 338/92, de 11 de Abril, publicada no «Diário da República», I Série, Parte B, n.º 86, de 11 de Abril de 1992.*

— Aprova as taxas moderadoras para o acesso aos serviços de urgência, às consultas e a meios complementares de diagnóstico e terapêutica por cada exame em regime de ambulatório.

— Ministério das Finanças

● *Decreto-Lei n.º 61/02, de 15 de Abril, publicado no «Diário da República», I Série, Parte A, n.º 89, de 15 de Abril de 1992.*

— Estabelece as regras de reposicionamento dos funcionários e agentes da Administração Pública nos escalões salariais das respectivas carreiras e da execução à última fase do descongelamento de escalões prevista no Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro.



«Década das Nações Unidas para as pessoas deficientes»



Decorreu, em 20 de Março p.p., nas instalações da APD — Associação Portuguesa de Deficientes, uma reunião para análise dos resultados obtidos no nosso país, nas áreas de legislação e apoios oficiais, durante a «Década das Nações Uni-

das para as pessoas deficientes».

Com a presença do delegado da ONU em Portugal e de representantes de diversas organizações de e para pessoas deficientes, entre os quais o Presidente da Direcção Central da ADFA, foram debatidos vários aspectos da problemática da deficiência, da reabilitação e da integração, em Portugal, face ao recomendado pelas Nações Unidas e também ao proclamado na «Carta para os anos 80», da Reabilitação Internacional, documentos a que ELO dedicou particular atenção na sua edição de Dezembro de 1988 e por ocasião do 40.º aniversário da «Declaração Universal dos Direitos do Homem».

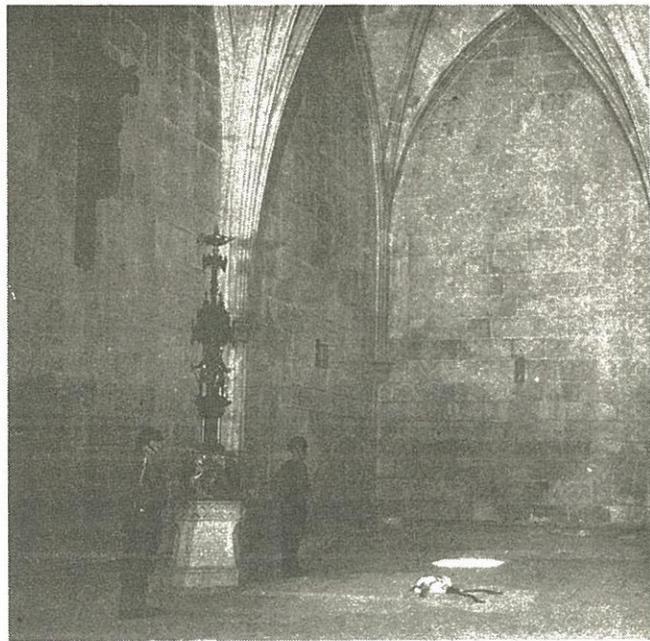
«Dia do Combatente»



Como é tradicional, realizaram-se no dia 9 de Abril, no Mosteiro da Batalha, várias cerimónias comemorativas do «Dia do Combatente», organizada pela Liga dos Com-

batentes. Sobre a presidência do Secretário de Estado da Defesa Nacional, com a presença de representantes dos Estados-Maiores e de associações de ex-combatentes, após a missa de sufrágio na igreja do Mosteiro, seguiu-se deposição de coroas de flores no túmulo do Soldado Desconhecido, na Sala do Capítulo, por várias entidades, entre eles os Presidentes da Liga dos Combatentes e da ADFA.

A encerrar as comemorações, efectuou-se um almoço de convívio num restaurante local.



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8/9 — Fax 342 83 36

Composto, revisto e impresso: INTERPRESS Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 11 000 exemplares

DIRECTOR: Patuleia Mendes

CHEFE DE REDACÇÃO: José Manuel Sande

Os textos assinados não reproduzem, necessariamente, as posições da ADFA ou da Redacção do ELO, sendo da exclusiva responsabilidade dos seus autores

Mensário distribuído gratuitamente aos sócios em situação legal e vendido por assinatura a não sócios ao preço anual (11 números) de 1000\$00.

Quando a assinatura seja de fora de Portugal, os custos são acrescidos dos respectivos «portes», a saber:

Europa: 1800\$00
Fora da Europa: 2100\$00
(Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe: 1300\$00)

25 de Abril

Comemorando a passagem de mais um aniversário do 25 de Abril, um pouco por todo o País, e também nos grandes centros de emigração portuguesa no Mundo, realizaram-se as mais diversas cerimónias, revestindo carácter mais ou menos político, cultural ou popular, conforme as razões e os objectivos dos seus promotores e também das populações a que se destinavam.

Em Lisboa, para além do tradicional al-

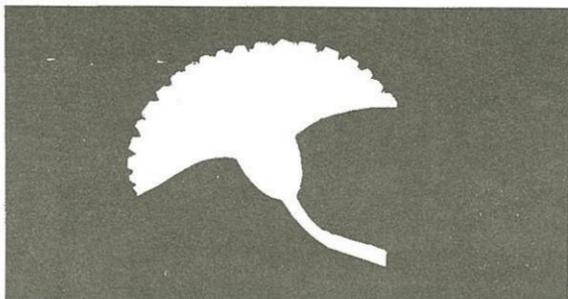
moço, na Estufa Fria, e desfile, na Av. da Liberdade, levados a efeito pela Associação 25 de Abril, decorreram as cerimónias oficiais, da responsabilidade das Presidência da República e da Assembleia da República,

e para as quais, a exemplo do que já aconteceu no ano transacto, a DFA foi convidada,

tendo-se feito representar pelos presidente e 2.º-secretário da Direcção Central.



S. R.



este ano transferidas para a zona ribeirinha, entre o Monumento dos Descobrimentos e a Torre de Belém, ali tão perto do local onde se irá erguer o Monumento ao Combatente,

Um acontecimento ensombrou, de certo modo, as festividades, embora não lhe tirando qualquer significado, talvez antes elevando-as a efeméride, que foi a morte muito recente

de um dos homens que pela sua dignidade se tornou um símbolo da «revolução dos cravos» e por todos assim foi relembado e enaltecido: o «capitão» Salgueiro Maia.



Actividades internacionais no âmbito da CPAC/FMAC

II — Encontro com antigos combatentes espanhóis

No âmbito das actividades internacionais da ADFA, conjugando a presidência portuguesa da CPAC e os contactos mantidos aquando quer da respectiva 14.ª Reunião (Lisboa, 10/12 ABR91) quer da XX Assembleia Geral da FMAC (Helsínquia, 18-/25OUT91), estiveram em Madrid, em 3 e 4 deste mês, os presidentes e 2.º secretário da Direcção Central e os associados Manuel Lopes Dias e Armando Alves, a fim de, em conjunto com o Secretário-Geral da Federação Mundial, manterem encontros com a Liga de Mutilados e Inválidos da Guerra de Espanha e com a Associação Cultural de Inválidos Militares de Espanha — ACIME.

No intuito de se conhecerem melhor as realidades e problemas mútuos, trocaram-se impressões, conhecimentos e experiências, realçando-se a importância de isenção política em todas as actos a levar a efeito na defesa dos interesses, eminentemente sociais, dos antigos combatentes.



cições já membros plenos da Federação —, garantiram, na altura, o seu total apoio à ACIME, na sua candidatura para filiação, esperando-se que a



mesma possa ser concretizada numa das próximas reuniões do Conselho Geral daquela organização mundial de antigos combatentes e vítimas de guerra.

Entretanto, foi esta ocasião também aproveitada pela ADFA para um maior contacto bilateral com a ACIME, entidade que nasceu apenas há pouco mais de dois anos e como resposta/necessidade de reincrementar a defesa dos direitos e dignidade dos antigos combatentes espanhóis, tendo, no ensejo, a Direcção da mesma sido convidada a realizar novos encontros com a nossa associação, em Lisboa.

II — Conferência de Varsóvia

No seguimento das deliberações tomadas na 14.ª Reunião da CPAC, no sentido da realização, em Varsóvia, de uma conferência subordinada à questão de «os antigos combatentes face às mudanças na Europa Central e Oriental», efectuou-se na Sede da FMAC, em Paris, no dia 17 deste mês, um encontro preparatório que juntou já elementos da respectiva Comissão, tendo estado presentes delegados da ADFA, da Organização de Antigos Resistentes e Deportados Húngaros, da União Francesa de Antigos Combatentes, da Associação dos Deficientes das Forças Armadas da Finlândia, da Organiza-

ção de Veteranos de Guerra da Áustria, da Confederação Europeia de Antigos Combatentes, da Confederação Internacional de Antigos Prisioneiros de Guerra e da Federação Internacional de Antigos Resistentes, para além do Secretário-Geral da FMAC, do Presidente da CPAC e de dois antigos combatentes polacos, membros do comité organizador na Polónia.

Neste encontro foram analisados vários aspectos da reunião de Varsóvia, tendo sido avançados já temas concretos para discussão. A conferência contará com o apoio oficial do Ministério da Defesa polaco o qual, para além da cedência do seu próprio Centro de Congressos para as sessões de trabalho, garante o alojamento de todos os participantes, estando já programadas recepções no Palácio Real, oferecida pelo Primeiro-Ministro, e na Embaixada de França, prevendo-se a presença de membros do Governo, e outros altas entidades civis e militares, nos diversos actos oficiais e sociais.

Estando agendada para finais de Setembro esta conferência, realizar-se-á entretanto, e já na capital polaca, nos próximos dias 4 e 5 de Julho, nova reunião preparatória.



O Secretário-Geral da FMAC, a Liga e a ADFA — ambas estas asso-



EDITORIAL



A Associação dos Deficientes das Forças Armadas definiu a sua estratégia de intervenção na intransigente perspectiva, unicamente, de defesa dos direitos sociais dos deficientes militares, em objectivo abrangente, com visão integrada da reabilitação, sensibilizando, para consecussão de tais ideais, em permanente contacto e audição dos seus associados, a comunidade em geral.

Foi assim que a nossa voz se tornou ouvida e muitos dos nossos problemas encontraram solução durante estes quase dezoito anos de existência, com base, indubitavelmente, numa vida interna discutida e participada, na certeza de que o vigor da organização que somos, decorrido tal período de tempo desde a criação da ADFA, se deve à crítica e análise associativas, que sempre tivemos e continuaremos a ter, da nossa realidade específica e da função que nos cabe, como cidadãos e instituição, na renovação da sociedade em que nos inserimos.

Fundamental tem sido tal processo na divulgação, quer na opinião pública quer entre as mais altas entidades civis e militares, da nossa problemática porque, fruto da nossa capacidade de estudo e de equacionamento, são genuinamente nossos os projectos que propomos e reflexo autêntico de nós mesmos a forma como os apresentamos.

Segundo o nosso pensar, continua a ser este o modo de estar correcto, a nível individual, e o posicionamento equilibrado, a nível colectivo, num conjunto que, sempre revigorado, deve ser, cada vez mais, interpenetrante e activo, chamando mais intensamente o sócio à participação, na execução mais adequada do papel que lhe cabe na instituição, na certeza de que, dos desempenhos de mais responsabilidade à intervenção aparentemente menos visível que não menos importante, é do fruto do trabalho e da colaboração de todos que surge à luz uma ADFA pujante e dinâmica.

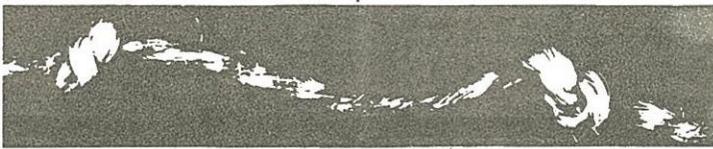
Demonstração palpável de tais verdades constituiu o I Encontro Nacional de Núcleos, jornada que, a par do valioso e significativo labor no debate e conclusões produzidos pelos responsáveis de Núcleos e Delegações presentes, se afirmou como realização de uma organização consciente, ante as autoridades locais, tendo-se transformado em momento ímpar face à massiva adesão que o evento teve por parte dos associados daquela área.

Sequência da militância individual que instituiu a nossa Associação como referência nacional e internacional na defesa da dignidade e direito à participação da pessoa deficiente, e em reconhecimento do papel que tem desenvolvido a nível de União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau, diversas entidades com responsabilidade no nosso país, irão acompanhar, em Lisboa e em Coimbra, as comemorações do seu 18.º aniversário.

É pois, da mais fundamental importância a presença de todos nós nas actividades a levar a efeito por tal ocasião, em oportunidade inigualável de demonstrarmos, de Bragança ao Funchal, de Vila Nova de Famalicão a Ponta Delgada, a nossa coesão e dinâmica, evidenciando uma ADFA eivada de fulgor no presente e de activa vontade de intervir na construção do futuro.

A Direcção Central

Nós ...



Prosseguimos hoje a mesa-redonda sobre a questão premente do atendimento nos estabelecimentos hospitalares militares e das ajudas técnicas, iniciada já no ELO de Março, e que ao contrário do que tínhamos pensado não terminará ainda neste número, dado que julgamos ser importante manter, quase que na íntegra, as intervenções feitas, adaptando-as apenas à escrita, porque será a experiência de cada um, somada à dos outros, que confirmará a razão das queixas e das atitudes, contribuindo fortemente para o encontrar da melhor solução, queira quem de direito aceitá-la.

Embora o tema proposto para esta segunda volta fosse o circuito «consulta — Conselho de Administração — casa de próteses», numa análise abrangente de vertentes como a deficiência de atendimento, perdas de tempo e faltas ao trabalho, burocracia e dificuldade de obtenção de próteses, os participantes, pela natural dificuldade de tratamento separado numa área tão interligada, foram além do assunto, o que se respeitou, porque nos pareceu igualmente de interesse tudo o que foi dito, e até redito.

• **Silvério Jorge Rodrigues** (recorde-se, Exército, 100% de incapacidade, biamputado dos membros superiores e cegueira total): Tal como anteriormente, não terei muito a dizer, já que não uso prótese e quanto a precisar de bengala é só pedi-la.

Voltando ao «Gabinete do Utente», embora concorde, em princípio, com as opiniões de que a sua existência é aceitação de um mau serviço, a realidade é que, pelo menos quanto ao HMP, ele seria um mal menor. Aliás, o seu âmbito de interesse poderia ser mais alargado, como intervenção de valor junto do Director, dos médicos, dos Serviços e do Conselho Administrativo, apoiando os deficientes internados, encaminhando-os para a ADF e fazendo todo um trabalho conjunto com psicólogos, fisioterapeutas e outros técnicos. O Gabinete funcionaria, assim, também no sentido de ouvir os utentes, sentir os seus problemas específicos, transmitindo-os depois aos órgãos e entidades competentes, a nível hospitalar, militar, técnico e até associativo.

• **Mário dos Santos Sobral** (Ex., 100% paraplégico): Bom, a mim



chegaram a dizer-me que os deficientes militares eram «muito finos» e que gostavam de escolher; no Alcoitão davam o que entendiam... É claro que tive de dizer que isso não era uma boa técnica, porque qualquer deficiente, militar ou não, deve poder sentir-se bem, já lhe bastando a deficiência em si. Eu, para conseguir obter uma cadeira de rodas melhor, tive que chegar a fazer uma exposição ao então CEME, general Firmino Miguel. E isto, talvez, porque em tempos um responsável resolveu comprar, no Porto, um lote de 100 cadeiras das mais ordinárias, despachando-as, depois, a torto e a direito, em todas as situações!

De qualquer maneira, antigamente as coisas corriam melhor do que hoje, em certas áreas: íamos directamente à nossa casa assistente para ser reparada a avaria que tinha a cadeira e depois de lá enviavam a conta para o Conselho Administrativo. E não pode ser o contrário! Se a cadeira se partir, eu não posso ir de rastos ao médico para depois, se calhar demasiado tempo, levá-la à oficina; tem que ser exactamente ao contrário, insisto.

Quanto a sugestões, terei que perguntar se o «Gabinete do Utente» não será apenas mais uma peça decorativa a pôr no HMP? Que poderes, na realidade, ele irá ter? Tudo depende disso!

• **Manuel Coelho Amaro** (Ex., 70% amputação perna dt., abaixo do joelho): Não quero ser mártir, mas desde que se criou o novo sistema, a minha vida tem sido um calvário! E nunca fui, como indica o tempo que me duram, ou duravam, as próteses, muito exigente. Antes pelo contrário, e contra o meu próprio interesse e direito.

Há cerca de cinco anos foi-me dada uma prótese através da casa fornecedora que eu escolhera e a

que me habituei. Quando necessitei de requisitar outra, naturalmente dirigi-me lá; foi então que soube que as coisas tinham mudado, tendo acontecido que, na sequência da consulta a que tive que ir, me mandaram para outra fornecedora, com quem já se presumia que não me ia entender, conforme relatei na primeira parte desta conversa, o que na realidade aconteceu, tendo os primeiros problemas surgido logo lá, no momento do fornecimento da prótese. É que não me senti bem com ela, andei aos trambolhões, perguntei se não havia um corrimão para treinar, disseram-me que tal já não se usava, caí em cima de vidros e por pouco não me desgraçava. Mas, pronto, embora me doesse bastante fiquei com ela, pois podia ser só de início. Fui ao médico, nem me quis ver, ficaram lá os papéis.

Um dia, ia no meio da rua, a prótese partiu-se ao meio! SÃO SITUAÇÕES QUE SÓ AS PESSOAS QUE ACARRETAM A CRUZ DA DEFICIÊNCIA É QUE AS SABEM COMPREENDER. EM QUE SE CRIA, ENFIM, UM ESPÍRITO DE REVOLTA IMENSA, CONTRA TUDO E CONTRA TODOS. NÃO PERCEBEMOS BEM PORQUÊ, MAS É UMA SITUAÇÃO A QUE NÃO SABEMOS A QUE NOS HAVEMOS DE AGARRAR. Lá consegui andar de gatas, por vezes amparado às paredes, para poder chegar a casa. E foi uma sorte ser só a 200 metros da porta.

Calcei uma prótese velha, telefonei à casa ortopédica a relatar o sucedido... «Ah! tenho um amigo que comprou um carro de cinco mil contos e ainda só tinha mil quilómetros quando lhe gripou o motor!» Para não o tratar mal, porque, sem ter grande cultura, educação ainda tenho, desliguei o telefone. Logo que me foi possível embrulhei a pró-

tese e fui com ela ao dr. Cardeal, que sem mesmo me ouvir me mandou directamente para o Conselho Administrativo. Tempos depois telefonaram-me, falaram, falaram... e acabaram por me dizer que me iam dar um aparelho novo. Voltei à casa, desmontaram a prótese partida e disseram-me que a peça que se tinha estragado era importada e que por isso não se sentiam responsáveis pelo acontecido. E garantiram-me que ao fim de 8/10 dias tinha uma prótese nova. Mas passaram-se dois meses... e nada! Desesperado, a utilizar uma perna velha e estragada, não pôde esperar mais, pois já quase tinha que ficar na cama. E na casa nada tinha sido feito! O molde estava lá, mas... nada! E novamente me mandaram lá ir 8/10 dias depois. Desta vez, a nova prótese estava pronta. Só que, fez-me ferida no coto, foi retocada, mas ainda hoje não está boa.

anos, e na nova casa senti-me deslocado. E quando tentava ajudar e dar indicações diziam que os técnicos é que sabiam e que à próxima havia de ficar melhor. Mas também disseram que eu melhor do que aquilo nunca andaria, porque já estava a ficar velho e pesado e que a idade não ajudava. Eu que andei maravilhosamente bem, com outras próteses, durante cerca de vinte anos! Claro que fico aborrecido com tais palavras, não me sinto bem, prefiro voltar as costas... e é isso que me faz sofrer.

Quanto a sugestões, que o sistema não ande aos empurrões e desistam da ideia de que quem serve mais barato é que serve melhor, porque isso é uma mentira! No meu caso, por exemplo, e repito, em oito meses é a segunda prótese e continuo não satisfeito. E o próprio médico também não, tanto mais que já prometeu que a próxima será com outro técnico. Em resumo, o deficiente deveria ser atendido no local onde se sentisse melhor.

V **Pedro Manuel Cardoso** (Arm., 65%, amputação 1/3 perna dt.): Como disse anteriormente, não tenho tido grandes problemas, até porque depois da primeira prótese, feita na Alemanha, as seguintes foram-no em

Alcoitão, continuando, desde então, a ser assistido sempre pelo mesmo técnico, já que ele veio trabalhar para uma casa em Lisboa, onde vou. Como já me trata há vinte anos e já conhece o meu coto tão bem como eu próprio, não tenho problemas. E porque possuo uma suplente, utilizo-a quando a outra precisa de ser arrancada.

Quanto a sugestões, e considerando as queixas feitas aqui e aquelas que tenho ouvido a outros deficientes militares, com quem contacto, penso que devia ser criado um centro ortopédico ligado mesmo às Forças Armadas, não só para obviar à desculpa de falta de verbas — já que saíria, certamente, mais barato — como também porque talvez os deficientes fossem mais bem atendidos, porque dentro da própria instituição militar e não fora, para onde são enviados, se calhar num outro jogo de interesses.

• **António M. G. Miranda** (Ex., 70,5%, amputação 1/3 perna esq. e deficiência visual olho esq.): Pessoalmente, tenho problemas com a pele do meu coto, tenho feito bastantes próteses, mas mantêm-se as dificuldades. Mesmo na Alemanha, ao fim de 15 dias de uma prótese nova, tiveram-me que fazer outra que, por acaso (?), foi a melhor que tive até hoje.

De qualquer maneira, acho que não devemos personalizar as questões



Estava habituado a um técnico que me punha à vontade, que conhecia as manhas do meu coto, que já me tratava há alguns

que vão surgindo e que cada um de nós tem e sente, antes devemos julgar o sistema em si. Por um lado, conhecendo

Nós ...



quase todas as casas de Lisboa e tendo sido bem atendido, na generalidade, percebi, por essa experiência, o «mundo cão» em que se inserem, principalmente agora, desde que começaram a adjudicar as próteses por orçamento, e por outro soube, realmente, da existência de vários casos graves como o do Amaro.

Repito, pois, que o que devemos fazer é criticar os métodos usados. Vejamos, em comparação: comecei a cortar o cabelo quando ia ao HMP, e ainda hoje lá vou. Acontece que andei, durante anos, a saltar de técnicos de próteses, na esperança de que houvesse algum mais minucioso que pudesse ajudar-me nos meus problemas, mas nunca melhorei. Por tudo isto concordo que há problemas específicos de cada um, que estará já habituado a um determinado técnico e, claro, concordo que se deve fazer força para que as próteses sejam feitas nas casas que nós próprios indicássemos. Evidente que isto passa por um plano económico que o hospital teria que montar, devendo os serviços terem um conhecimento mínimo de preços, por forma a obviar que uns levem 140 e outros 180.

entre Portugal e a Alemanha! Cá, uma fisioterapia impossível — toma lá a senha, umas festinhas, e agora vai-te embora —, não tendo um mínimo de credibilidade a recuperação feita. Lá, impecável, obrigando-nos a um enorme aperfeiçoamento, mesmo que isso implicasse, de início, fortes dores de correcção.

Para terminar, e em resumo, insisto que devíamos procurar que as próteses fossem feitas onde o deficiente desejasse, arranjando o HMP uma tabela aproximada, ou valores parâmetros máximo/mínimo, que pagaria. Quero alertar, por outro lado, que não há material perfeito, e que mesmo as novas ajudas técnicas em carbono poderão apresentar e criar problemas.

• **Armando Alves** (Ex., 98,3%, biamputado dos membros inferiores, redução de visão dt.): Porque, como já disse, a minha experiência em Portugal é curta, visto só as últimas próteses, por acaso de carbono, terem sido cá feitas, com os problemas que relatei anteriormente, vou falar, também, por tudo que tenho ouvido, principalmente nos últimos tempos.

de prática. Julgo que é negativo o trabalhar na base de ser a fase administrativa a designar a adjudicação das próteses, até às vezes pela facto de, mesmo perante dois aparelhos iguais, o deficiente se sentir melhor com um do que com outro, por um simples factor psicológico: o melhor conhecimento entre deficiente e técnico, uma já anterior habitação de atendimento.

Quanto à questão de poder haver abusos, tem que ser o HMP, o próprio sistema, a criar mecanismos que evitem e impeçam isso, controlando as situações, até por uma obrigatoriedade/necessidade de o utente ter de volta à consulta para ser observado depois da prótese colocada. E só então seria dada ordem de pagamento, devendo haver prazos de garantia, como há para qualquer outro aparelho.

Sugestões? Ideal seria que, quando houvesse o novo hospital das Forças Armadas, ele dispusesse de uma unidade própria, uma casa ortopédica integrada no próprio estabelecimento, com todas as condições, de forma a que o deficiente chegasse e fosse atendido clínica-



Se o material tem um preço e a mão-de-obra também, deve ser razoavelmente fácil, a partir daí, calcular o custo final.

Uma outra falha, que considero muito importante, no HMP: fornecem-nos uma prótese e depois não há, no hospital, um técnico para a verificar e dar a sua opinião sobre a sua adaptação. Infelizmente, como sabemos, todos nós apanhamos determinados jeitos que nunca são corrigidos; habituamo-nos a andar de qualquer forma, tortos ou direitos. Que diferença

E o que tenho a dizer é que penso que o sistema é tão mau e desgastante para o médico quanto é para o deficiente, dado que ele, com certeza, se deve sentir ultrapassado por um sistema burocrático e economicista que se sobrepõe, e impede, melindrando-se porque é sempre com ele que os deficientes vão ter. É que devia ser antes um próprio técnico, na fisioterapia, a ter poderes para prescrever conforme as necessidades do utente, sujeitando-se a parte administrativa a esse rigor

mente, tivesse também ali a oficina de reparações, em paralelo com todo um sistema de acompanhamento, incluindo na parte de treino e de adaptação, visto que é um facto mais que comprovado que, não havendo essas estruturas, o perigo de se criarem defeitos é enorme. E isso para além de, ironicamente, e pelo menos em Lisboa, grande parte das casas fornecedoras apresentarem barreiras arquitectónicas bastante graves...

(Continua)



No prosseguimento da apresentação de «casos legislativos», analisamos hoje a situação referente a órfãos de deficiente militar-DFA-, com grau de incapacidade inferior a 60%, os quais, por tal



facto, embora menores, não têm direito a pensão de preço de sangue, tendo ELO, ouvido, na circunstância, a mãe, sr.ª D. Maria Cândida Pestana da Costa (MCPC), divorciada do nosso falecido sócio António da Costa Frescata.

ELO — Após a morte do nosso associado, al-



gum dos filhos se fez sócio da ADFA?

MCPC — Sim, o mais velho, logo a seguir, em Novembro do ano passado.

ELO — Tendo-se divorciado de António Frescata, e dado que os vossos dois filhos ficaram a vive consigo, recebia dele alguma ajuda?

MCPC — Sim, ajuda essa que era mesmo uma pensão de alimentos decidida pelo Tribunal.

ELO — E qual passou a ser a situação após o falecimento?

MCPC — Antes de mais, difícil! Repare, o pai vivia somente da pensão de invalidez, e era daí que saía a contribuição para o sustento dos filhos. E não reconhecendo a lei o direito de, embora menores, receberem a respectiva pensão de preço de sangue, acabou-se também a possibilidade daquela ajuda, passando eu a suportar, sozinha, todos os encargos com os filhos de ambos...

ELO — Quer dizer então que o António Paulo e o Pedro Manuel, embora reconhecidos como filhos não o são, agora, como órfãos de um DFA?...

MCPC — É triste, mas parece que é assim. Para além de lhes ter sido negada a pensão, até no Instituto dos Pupilos do Exército, onde estudam,

do Hospital Militar, o seu tratamento do foro psicológico era feito, fundamentalmente, cá fora, nunca lhe tendo sido reconhecida incapacidade por essa deficiência, a qual era motivada por um estilhaço que se lhe alojou na cabeça e que nunca foi extraído.

ELO — Quer dizer que, pelo que veio a suceder, o problema psicológico tornou-se mais grave que o físico?

MCPC — Sem dúvida, embora a deficiência na perna, da qual foi sempre atendido no Hospital Militar, tenha sido a única, oficialmente, que lhe permitiu atribuição de grau de incapacidade. E que, conforme informação médica, também lhe ditou a morte, através de doença cardíaca ou de embolia pulmonar em consequência de infecção.

ELO — Disse-nos há pouco que a situação psíquica se foi agravando...

MCPC — Sim! Eu casei



com o António já depois de ele vir de África, tendo-o conhecido numa fase de procura de isolamento, ele que era um homem, segundo todos os que o conheciam antes da partida, extremamente sociável e trabalhador. Mais tarde, com o decorrer dos anos, a sua atitude tornou-se mesmo agressiva, referindo os seus amigos, com profunda tristeza, a enorme alteração comportamental entre o «antes» e o «depois» da guerra.



MCPC — Exactamente! O António desde que veio do Ultramar, devido a problemas psíquicos, que se foram agravando, nunca conseguiu voltar a trabalhar regularmente. Mas, e embora tenha chegado a estar internado nos serviços de psiquiatria

Aliás, o próprio relacionamento familiar deteriorou-se a tal ponto que o filho mais novo chegou a preferir ficar os fins-de-semana nos Pupilos, a ir a casa. E eu, a certa altura, entre perder o marido ou os filhos, decidi ficar com estes...

Participando construímos o futuro

O empenhamento individual é sinal de vitalidade colectiva

I Encontro Nacional de Núcleos

Conforme previsto, e largamente anunciado no ELO, realizou-se em Alcobaça, no passado dia 11, o I ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS, fruto de uma sugestão apresentada no mesmo local por ocasião da sessão comemorativa do 17.º aniversário da

do CFC, Catarino Salgado, na ausência do respectivo Presidente.

Antes, porém, de passarmos ao relato do acontecido, e por nos parecer de interesse intercalar aqui, transcrevemos seguidamente o início da carta enviada pela DC a todas as Comissões Insta-

como iriam decorrer os debates, pelo coordenador. Lidos, seguidamente, os temas propostos para discussão, pelo secretário, passou-se logo à análise do ponto 1 — «Discussão da utilidade da existência dos Núcleos» —, tendo-se assistido a animada e participada

que asfixia as vontades locais, ao ponto de, como já aconteceu, inviabilizar pedidos e concessão de subsídios. De qualquer forma, embora aceite e desejada a existência de mais Núcleos, a sua criação não pode ser feita de qualquer maneira, havendo que considerar, em paralelo, quer o seu interesse específico, a sua capacidade humana e a sua viabilidade, devendo sempre preexistir um plano preciso de trabalho, quer as garantias de apoio institucional e de poder de representação e intervenção, o que deverá ser, devidamente acautelado na revisão estatutária que está em curso.

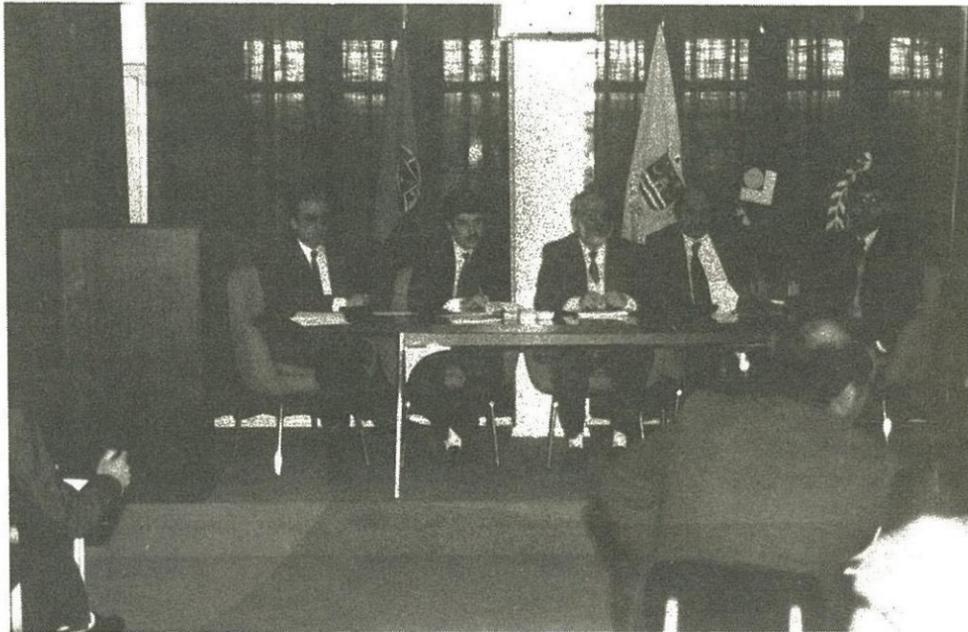
Entrando-se, seguidamente na análise do ponto 2 — «Implantação dos Núcleos no território nacional» —, considerou-se como desejável que os mesmos pudessem dispor, como fundamental para o seu trabalho de dinamização e coesão, instalações próprias, preferencialmente a título de cedência gratuita por parte das autarquias ou outras entidades locais, embora não devendo a tais estruturas associativas competir tarefas administrativas muito para além de recepção/transmissão de informações, já que a sua função principal, e primordial na vida colectiva e na relação sócio-ADFA, é a de «explorar», no melhor sentido, todo o potencial humano existente na sua área, porque, como foi bem sublinhado, o correr

de «Conselhos de Delegação», procurando evitar-se, contudo, um alargamento do Conselho Nacional, por forma a obviar à sua transformação em órgão «mastodóntico»... e inoperante.

Finalmente, o ponto 3 — «Intervenção do Núcleo como estrutura e sua representatividade nos órgãos de decisão» —, talvez o mais participado. Já que quase todos os Núcleos presentes, e respec-

Uma ideia generalizada e permanente no tratamento de todos os pontos, que por muito interligados se misturaram e confundiram em grande parte das intervenções foi o de que, acima de tudo, deve ser a vontade humana local a prevalecer nas propostas e estudos

tivas Delegações, não quiseram deixar de dar o seu contributo, através da apresentação da sua experiência de relação mútua, o que levou a uma maioria de opiniões sobre a manutenção da actual dependência institucional, tanto mais que «a ADFA é uma Associação e não uma Federação», estando já aberta a possibilidade, até pelo novo espírito político-associativo da tesouraria central, de incluir no orçamento da Delegação os custos de projectos do(s) seu(s) Núcleo(s). Quanto à questão da representatividade — «quem produz trabalho deve estar representado», «estruturas de base devem ter lugar no poder de decisão» e «pessoas que trabalham devem ter lugar nas estruturas de decisão», foram algumas das frases, muito semelhantes e coincidentes, ouvidas, sendo aceite que a mesma deve ser real, dividiram-se as opiniões entre assento directo ou indirecto, ficando a recomendação de que tal deve ser perfeitamente definido nos novos Estatutos, onde, segundo algumas das propostas já apresentadas se prevê a existência



ADFA, ideia que viria a ser reforçada em Dezembro do ano transacto, aquando da reunião dos Núcleos da Sede, e onde Cascais se destacou pelo entusiasmo posto na defesa de tal realização.

Como programado, a jornada iniciou-se pelas 9 e 30 com uma sessão de trabalho aberta não só aos responsáveis dos Núcleos existentes (tendo comparecido Guarda, Guimarães, Peniche, Santarém e Tomar, para além, naturalmente, de Alcobaça, mas, curiosamente, estando ausente Cascais, em contraste com a dinâmica anteriormente manifestada) e de outros que se pretendem instalar (casos de Azambuja e de Vila da Feira, por exemplo), como também aos representantes das Delegações onde se encontram implantados (sede, Porto, Viseu e Vila Nova de Famalicão), podendo ainda intervir, caso o desejassem — o que aliás aconteceu —, os sócios presentes na sua qualidade de membros efectivos de órgãos nacionais ou regionais, tendo a Mesa sido constituída pelo 1.º-secretário da Direcção Central, que coordenou, e pelo sócio Sílvio Lourenço, da Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaça, que secretariou, tendo sido convidado a integrá-la os Presidentes da MAGN, Couceiro Ferreira e da DC, José Arruda, e o Relactor

ladoras:

«Como é do vosso conhecimento é bastante exígua e imprecisa a doutrina estatutária definidora da existência dos Núcleos. É já consenso nacional que uma política correcta de implantação de Núcleos ao longo de todo o País constitui um dos processos que nos conduzirá a uma eficaz dinamização associativa, promovendo a participação de todos os associados na discussão, definição e equacionamento

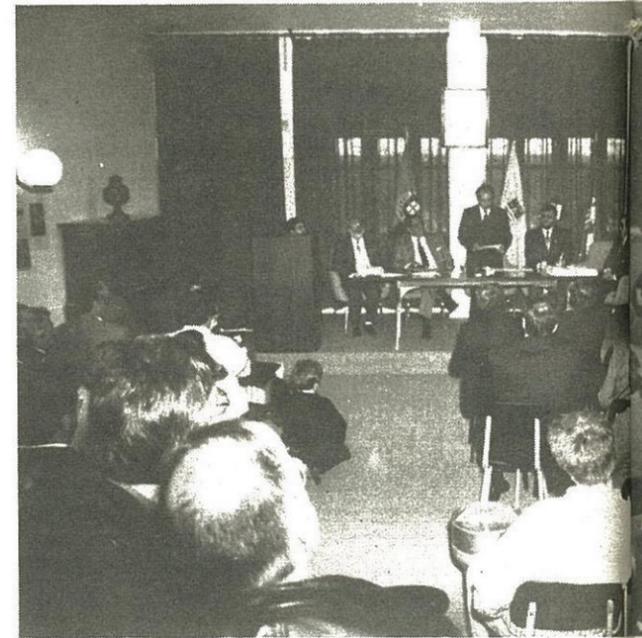
troca de opiniões, a qual permitiu indiciar um consenso generalizado sobre a necessidade e vantagem de um alargamento da rede de Núcleos, não só como pólos dinamizadores locais e mesmo regionais — já que deverão constituir «desafio» para as Delegações — como também sendo meios de maior e melhor difusão de notícias e informações, principalmente em zonas de população mais dispersa e afastada. No entanto, e foi também unânime

dos seus reais problemas. Neste contexto surgiu a ideia de realizar o I Encontro Nacional de Núcleos»...

...e foi também aberta a reunião com breves palavras sobre a forma

esta apreciação, não se pode pedir aos associados, mesmo aos mais interessados e empenhados, que trabalhem numa base de indefinição que vem, pelo menos, desde 89, e de burocracia centralista

dos anos, a maioria e/ou casamento dos filhos, entre outras razões, dispõem não só para uma maior necessidade de convívio, como também, e daí a Associação poderá tirar grande proveito, dis-



conducentes à implantação de qualquer novo Núcleo, evitando-se, por um lado, uma criação puramente administrativa sem alma e sem dinâmica mas garantindo-se, por outro, uma base de apoio adequada e segura para aqueles que, cheios de ânimo e intenções, naturalmente não querem avançar sem uma definição estatutária correcta. Daí também que, afirmada a necessidade de nova reunião, nenhuma data fosse marcada, ou mesmo sugerida, visto... «novos encontros só interessam se houver reflexão séria e propostas concretas, para evitar recomençar da estaca zero!».

A terminar a sessão usaram da palavra, além do coordenador que, fazendo um balanço final se congratulou, em nome de todos, pelo modo correcto e, simultaneamente entusiasmado como os trabalhos tinham decorrido, também os presidentes da Direcção Central da Mesa da Assembleia Geral Nacional, tendo José Arruda afirmado que a reunião, para além de ter sido um autêntico «recado» aos órgãos ce-



cional

S

ponibilizam para mais efectiva participação na vida orgânica associativa, provando que a desejável descentralização é, realmente, possível, tanto mais que *«massa cinzenta existe por todo o País e não apenas em Lisboa ou no Porto»*.

Finalmente, o ponto 3 — **«Intervenção do Núcleo como estrutura e sua representatividade nos órgãos de decisão»** —, talvez o mais participado. Já que quase todos os Núcleos presentes, e respec-

de *«Conselhos de Delegação»*, procurando evitar-se, contudo, um alargamento do Conselho Nacional, por forma a obviar à sua transformação em órgão *«mastodóntico»*... e inoperante.

Uma ideia generalizada e permanente no tratamento de todos os pontos, que por muito interligados se misturaram e confundiram em grande parte das intervenções, foi o de que, acima de tudo, deve ser a vontade humana local a prevalecer nas propostas e estudos

trais, aceitando e reconhecendo as críticas de centralismo feitas e que *«o ovo de Lisboa tem que partir»*, foi também uma demonstração da vontade local, que haverá que respeitar e apoiar, não só no sentido de ter voz e maior



tivas Delegações, não quiseram deixar de dar o seu contributo, através da apresentação da sua experiência de relação mútua, o que levou a uma maioria de opiniões sobre a manutenção da actual dependência institucional, tanto mais que *«a ADFA é uma Associação e não uma Federação»*, estando já aberta a possibilidade, até pelo novo espírito político-associativo da tesouraria central, de incluir no orçamento da Delegação os custos de projectos do(s) seu(s) Núcleo(s). Quanto à questão da representatividade — *«quem produz trabalho deve estar representado»*, *«estruturas de base devem ter lugar no poder de decisão»* e *«pessoas que trabalham devem ter lugar nas estruturas de decisão»*, foram algumas das frases, muito semelhantes e coincidentes, ouvidas, sendo aceite que a mesma deve ser real, dividiram-se as opiniões entre assento directo ou indirecto, ficando a recomendação de que tal deve ser perfeitamente definido nos novos Estatutos, onde, segundo algumas das propostas já apresentadas se prevê a existência

conducentes à implantação de qualquer novo Núcleo, evitando-se, por um lado, uma criação puramente administrativa, sem alma e sem dinâmica, mas garantindo-se, por outro, uma base de apoio adequada e segura para aqueles que, cheios de ânimo e intenções, naturalmente não querem avançar sem uma definição estatutária correcta. Daí também que, afirmada a necessidade de nova reunião, nenhuma data fosse marcada, ou mesmo sugerida, visto... *«novo encontro só interessa se houver reflexão séria e propostas concretas, para evitar recomeçar da estaca zero!»*.

A terminar a sessão usaram da palavra, além do coordenador que, fazendo um balanço final, se congratulou, em nome de todos, pelo modo correcto e, simultaneamente, entusiasmado como os trabalhos tinham decorrido, também os presidentes da Direcção Central e da Mesa da Assembleia Geral Nacional, tendo José Arruda afirmado que a reunião, para além de ter sido um autêntico *«recado»* aos órgãos cen-

trativa como ainda de ser imagem da Associação projectada junto da sociedade onde se encontra inserida. Finalmente, Couceiro Ferreira recordou a guerra, a razão de ser da ADFA e *«o dever que a pátria tem para com aqueles que no Dever deram o melhor de si»*, principalmente quando se desejam afirmar como seus cidadãos válidos e úteis.

Encerrada a sessão, seguiu-se um intervalo aproveitado quer para a redacção do comunicado final quer para, junto do pessoal da Secretaria da Sede que se deslocou propositadamente, serem, por quem o desejasse e tivesse necessidade, tratados alguns assuntos e

O

b



ADFA, associação cujas dignidade e responsabilidade são, de há muito, credoras de apoio e gratidão.

Foram, entretanto, entregues às diversas personalidades citadas medalhas comemorativas da nova Sede.

Para terminar esta jornada de tão grande significado associativo, realizou-se, num restaurante local, um almoço de confraternização que juntou às autoridades e sócios presentes na Sessão de Encerramento, muitos outros associados, e suas famílias, assim como teve ainda a presença do presidente da Assembleia Municipal de Alcobaça e do capitão do porto de Peniche, os quais não puderam comparecer à cerimónia precedente, tendo sido entregue a estas entidades pretexto para novas intervenções, reafirmando vontades e disponibilidades mútuas, permitindo-se o ELO relembrar, pelo que tão fundo calou nos corações de todos, vindo ainda por cima de um homem das Forças Armadas, as palavras do segundo ao referir um certo alheamento de tantos que, regressados «sãos e salvos» da guerra, tão cedo esqueceram a imensa sorte que tinham tido, no esquecimento a que estavam camaradas feridos e deficientes.

Cremos, e daqui o nosso abraço de apreço pelo seu trabalho, que Silvio Lourenço, Aniceto Fi-

trais, aceitando e reconhecendo as críticas de centralismo feitas e que «o ovo de Lisboa tem que partir», foi também uma demonstração da vontade local, que haverá que respeitar e apoiar, não só no sentido de ter voz e maior

obtidas informações e esclarecimentos, tendo-se verificado também alguns pagamentos de quotas e entregas de donativos para a nova Sede.

Pelas 13 horas, e após a chegada do Governador Civil de Leiria, deu-se início à Sessão de Encerramento, ficando a Mesa constituída, para além daquela entidade, pelo presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, presidentes da MAGN e da DC, da ADFA, assim como pelos coordenador e secretário do I Encontro, estando ainda presentes dois vereadores da edilidade e o Comandante da PSP local, enquadrando a sala da Assembleia Municipal um elevado número de sócios que não quis deixar de estar presente na ocasião.

agradecer a presença dos convidados e a atenção que por todas as autoridades locais foi dada à organização, tendo reafirmado a total disponibilidade da ADFA, dentro dos seus objectivos sociais de reabilitação/integração dos deficientes militares, para colaborar com aquelas entidades em projectos de interesse comum.

Seguiram-se intervenções do presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, Miguel Guerra, e do Governador Civil de Leiria, Francisco Coutinho, tendo-se ambos, após análise do trabalho efectuado, nas áreas das competências próprias, junto de organizações de e para pessoas deficientes, numa perspectiva actual de reconhecimento pelos seus direitos e pelas suas realizações, congra-



intervenção na vida associativa como ainda de ser imagem da Associação projectada junto da sociedade onde se encontra inserida. Finalmente, Couceiro Ferreira recordou a guerra, a razão de ser da ADFA e «o dever que a pátria tem para com aqueles que no Dever deram o melhor de si», principalmente quando se desejam afirmar como seus cidadãos válidos e úteis.

Encerrada a sessão, seguiu-se um intervalo aproveitado quer para a redacção do comunicado final quer para, junto do pessoal da Secretaria da Sede que se deslocou propositadamente, serem, por quem o desejasse e tivesse necessidade, tratados alguns assuntos e



Após breves palavras do coordenador, e lidas, pelo secretário, as «Conclusões» (que noutra local se reproduzem), usou da palavra o Presidente da DC, José Arruda, para

tulado pelo facto do I Encontro ter tido lugar na sua cidade e no seu Concelho, respectivamente, prometendo o maior empenho pessoal e oficial pelas actividades da

gueiredo, Daniel Silva e Manuel Amaro eram homens, e sócios, felizes pelos resultados obtidos neste I Encontro Nacional de Núcleos, levado a efeito em Alcobaça.

I Encontro Nacional de Núcleos da ADFA

Conclusões

Realizou-se em Alcobaça, no dia 11 de Abril de 1992, o I Encontro Nacional de Núcleos da Associação dos Deficientes das Forças Armadas, com a participação dos Núcleos de Alcobaça, Guarda, Guimarães, Peniche, Santarém e Tomar, sócios da cidade de Santa Maria da Feira, que pretendem aí implantar um novo Núcleo, com a adesão da Mesa da Assembleia Geral Nacional, Direcção Central, Conselho Fiscal Central e Delegações, e sobressaíram no consenso das intervenções proferidas, as recomendações seguintes:

1 — É por demais evidente, em face da actual falta de uma clara orientação estatutária da forma de funcionamento e implantação dos Núcleos, que tal situação tenha a maior atenção da revisão estatutária em curso e que surja em complemento um regulamento próprio que defina linhas de actuação orgânicas e administrativas para o sector.

2 — É fundamental, cumprindo-se as linhas de orientação estatutária e política associativa definidas, salvaguardar a especificidade e características dos Núcleos implantados e a implantar.

3 — Evidencia-se a necessidade de estipular o número adequado de sócios para a instalação do Núcleo, já que é por eles que o mesmo existe.

4 — Considera-se aconselhável, como local de referência e ponto de encontro, nos Núcleos que assim o entenderem, a existência de instalação física, sempre e na medida em que tal situação não acarrete encargos financeiros para a Associação.

5 — Os custos de funcionamento dos Núcleos deverão fazer parte de projectos a apresentar às Delegações e Sede, que os farão aprovar, em conjunto com as respectivas actividades, no orçamento geral da ADFA para cada exercício anual.

6 — O Núcleo, organicamente, deverá depender administrativamente da Sede ou Delegação da sua área.

7 — As actuais Comissões Instaladoras, recomenda-se, para efeitos de representatividade local e dignidade associativa, que devam passar a ser Direcções de Núcleo.

8 — Os Núcleos deveriam, por estrutura mais eminentemente ligada ao tecido associativo, ter assento em órgão deliberativo regional a criar nos próximos Estatutos, estudando-se por outro lado formas harmónicas e equilibradas da sua representatividade no órgão deliberativo nacional.

9 — Salienta-se, com agrado, a perspectiva de criação de dois novos Núcleos, na cidade de Santa Maria da Feira e em Azambuja, sabendo-se da existência de grupos de sócios que só aguardam definição regulamentar para avançar com propostas de criação de novas estruturas.

10 — Realçado por todos os presentes, a importância da organização deste I Encontro Nacional de Núcleos, recomendando-se a criação de condições para a sua repetição periódica, tendo-se louvado a Comissão Instaladora do Núcleo de Alcobaça por assumir a organização deste significativo evento associativo.

Alcobaça, 11 de Abril de 1992

O coração da ADFA bateu em Alcobaça

NOVA SEDE

PARTICIPANDO CONSTRUÍMOS O FUTURO!

Neste período vamos dar destaque, em primeiro lugar, ao recebimento de uma simples carta, com o realce que hoje, mais do que nunca, os pequenos gestos humanos merecem, numa época em que o esquecimento e o egoísmo tendem a fazer parte integrante do dia-a-dia de cada um, moldando a vontade e o carácter de tantos que, ingenuamente, se consideram cheios de personalidade e de importância; em segundo lugar, à exposição de pintura «A África e a Guerra Colonial», de Helena Justino.

Antes, porém, a informação de que, estando já em fazer de montagem o vídeo-divulgação da campanha de fundos para a nova sede, que se julga poder aparecer na televisão brevemente, assim como já foi feito na tipografia-escola um novo desdobrável sobre a ADFA, recomencará dentro de dias o envio de cartas, que incluirão esse impresso, para as maiores empresas portuguesas, esperando-se um maior número de respostas positivas.

BEM HAJA, MINHA SENHORA!

São cartas como a sua, de que não nos atrevemos a alterar uma letra, que nos fazem acreditar neste povo, nesta gente de que saiu um tão grande número daqueles que hoje são, infelizmente, os nossos sócios. A sua carta, minha Senhora, é um poema de Amor!

«Samouco, 24-4-1992

Senhor Comandante

Muito estimo a sua saúde e as melhoras dos triste que estão notilizados isto é o que eu lhe desejo.

eu nuca me esquse mēzes como sou pobre i já sou velhota ja fize 80 anos i sou veuva a 5 anos vivo sozinha i lembreim de lhe mandare uma pouca ajuda donativo para os defisientes das fôrças Armadas tantos que vierão das guérras de lá de fora que tenho só um filho que também foi lá batelas 2 anos em Angóla.

são coissas que nunca isquece no Norte de Angola a Fronteira do Cogo pois ai vai sênto i sincoenta escudos com muito gôsto lhe mando esse donativo muitos comprimentos para todo i um abraço para o Senhore Comandante adeus.

Maria Brito Martins

N. R. — Segundo informação da Secretaria, o donativo realmente recebido foi de 1500\$00.

Quanto à nossa campanha, apenas da Sede recebemos notícias... e curtas!

Transporte (MAR92) 10 129 023\$20

SÓCIOS

N.º	NOME	QUANTIA
<i>(Sede)</i>		
2 362	José O. Querido	10 000\$00
7 602	João C. Colaço	10 000\$00
9 408	José A. P. Barreto	10 000\$00
4 695	Mário G. Grácio	10 000\$00
1 680	António M. G. Duarte	10 000\$00
12 087	João M. M. Bernarda	5 000\$00
- x -	Anónimo	2 000\$00
9 239	António R. Verdasca	5 000\$00
392	João X. Teixeira	5 000\$00
12 215	António R. Elói	5 000\$00
10 239	António L. S. Mateus	5 000\$00

N/SÓCIOS

<i>(Sede)</i>		
	Maria B. Martins	1500\$00

A transportar (ABR92) 10 207 523\$20

ADFA - Editora Preto no Branco África e a Guerra Colonial - Helena Justino ou como a arte pode ser expressão de solidariedade

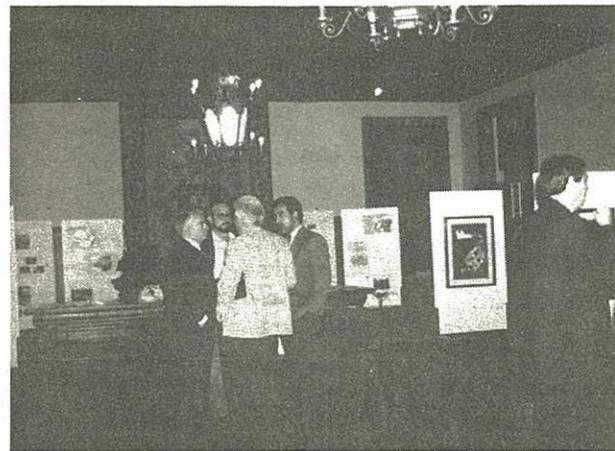
As primeiras notícias começaram a aparecer no ELO em Janeiro deste ano, muito embora a ideia tivesse nascido ainda no ano passado. E a história é simples: Fernando Rebelo, da Editora Preto no Branco, tem por seu gosto, quando tal pode, passar a litografia alguns quadros da sua predileção. E decidiu fazê-lo, também, com «Batalha II», obra que Helena Justino, sua autora, incluiu numa série de cerca de 20 telas que só depois do 25 de Abril se soube ter sido intitulada «África e a Guerra Colonial». Acontece que depois, e «no âmbito da participação social prevista pela minha editora», resolveu oferecer à Associação dos Deficientes das Forças Armadas, para comercialização, praticamente toda a edição (140 exemplares), propondo-se, ainda, colaborar na organização de uma exposição para o seu lançamento público.

Remetida para a Comissão de Angariação de Fundos a questão, logo se pensou em levar por diante tal proposta, tanto mais que a própria pintora se prontificou também a integrar essa organização. E decidido que ficou avançar, começaram-se os preparativos, alargaram-se os contactos, marcaram-se reuniões e datas, assumiram-se compromissos, sendo de salientar o empenhamento pessoal quer de Fernando Rebelo quer de Helena Justino, a que se juntaram depois outras pessoas, nomeadamente Miguel Ferro (da empresa de publicidade FM) e o fotógrafo João Krull.

E assim, no dia 15 deste mês, pelas 22 horas, foi inaugurada a exposição, no Salão Nobre do Palácio da Independência, com a presença de numerosos convidados, tendo a mesma ficado patente ao público até domingo, 26 pp, decorrendo, simultaneamente, a venda não só da litografia «Batalha II», como também outras obras gráficas de vários artistas, incluindo serigrafias de Helena Justino, Luís Soares, Kiki Lima, Araújo, Anabela Faria, Nicolau Tudela, Guilherme Parente, António Inverno e Maria José Camões, e mais litografias de António Matos, Paul Mathieu e Alfredo Luz.

Da divulgação feita nos órgãos de Comunicação Social, que incluiu um «spot» televisivo, destacamos este pequeno apontamento publicado no jornal «Diário de Notícias» de 25 de Abril: «Diferente, mesmo, só a exposição que Helena Justino apresenta na Associação dos Deficientes das Forças Armadas, ali no Palácio da Independência. O tema é forte, cru, dramático, 'África e a Guerra Colonial'. A não perder.»

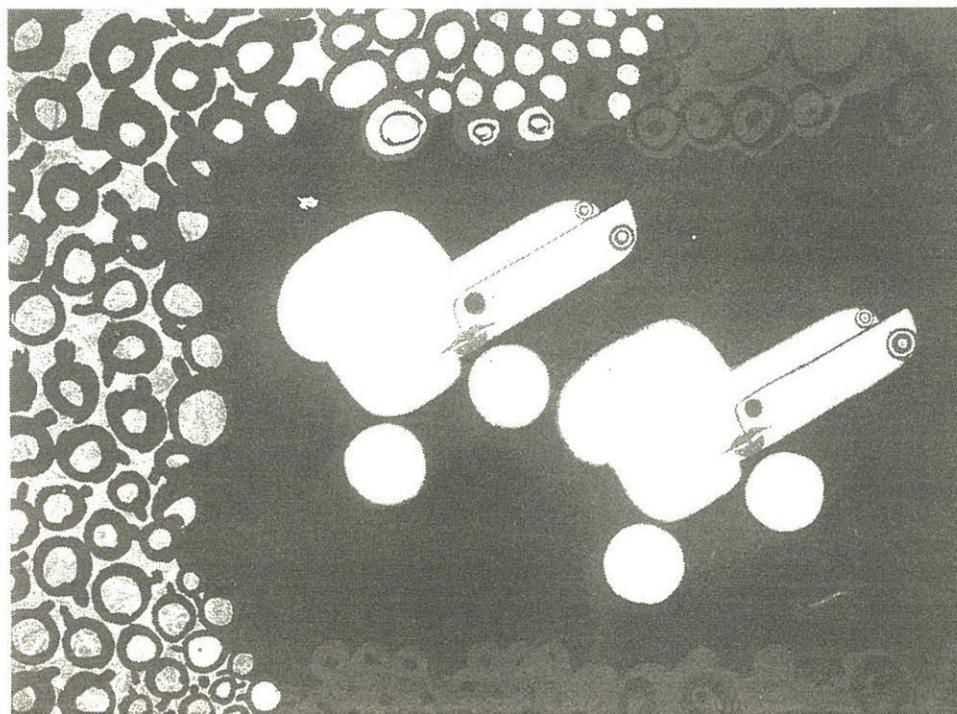
Infelizmente as palavras do crítico não tiveram, propriamente, forte eco no público, nem mesmo os sócios responderam em número desejado ao convite feito, o que não tira, de maneira nenhuma, mérito à iniciativa e aos seus organizadores, nem razão para não citarmos os apoios obtidos que foram, para além dos já citados no texto, o Atelier Aladino Jasse, CPS, Jorge Calero, Unilaser, RTP e FM/Publicidade.



«Batalha II»

O quadro de Helena Justino sobre o qual foi realizada a litografia «of» que a Editora Preto no Branco ofereceu à ADFA para comercialização.

Pode ser ainda adquirida na Sede ou pedida para as Delegações, ao preço de 15 000\$00.



ADFA esteve...

Conferência europeia «Família e pessoas com deficiência — realidades e oportunidades»

No âmbito da etapa preparatória (anos de 1992/93) para «1994 — Ano Internacional da Família»/AIF, — cujo lema é «Construir a mais pequena democracia no coração da sociedade» —, realizou-se em Lisboa, na Fundação Calouste Gulbenkian, nos dias 2 e 3 de Abril, e em organização da Liga Portuguesa dos Deficientes Motores, uma conferência europeia sobre «Família e pessoas com deficiência — realidades e oportunidades», em que foram oradores, para além de técnicos na área da reabilitação, elementos de organizações de e para pessoas com deficiência e familiares de deficientes, de Portugal, ainda especialistas de Itália, Alemanha, França e Reino Unido.

Quer ao longo das várias sessões de trabalho, onde foram apresentadas 26 comunicações versando temas tão diversos como «A experiência social e psicológica e sociais» e «Um modelo de serviço domiciliário em intervenção precoce» ou «Arquitetura, acessibilidade e integração», quer durante os contactos e conversas havidas nos intervalos ou nos encontros

sociais oficiais, muitas e enriquecedoras foram as trocas de impressões e experiências mantidas pelos participantes.

Sobre esta conferência, dois trabalhos de sócios nos chegaram, o primeiro do responsável dos DASC, ten.-coronel Jorge Maurício (que esteve acompanhado da técnica de serviço social da Sede, dr.ª Gracinda Benedito) e o segundo de J. P. Valente dos Santos, psicólogo clínico.

«Conferência europeia»

Durante os dois dias em que se realizou, nas instalações da Fundação Gulbenkian, a conferência sobre «Família e pessoas com deficiência — realidades e oportunidades», a minha sensibilidade viajou entre dissertações optimistas quanto ao problema das famílias com pessoas deficientes no seu seio e testemunhos pessimistas e denunciadores de graves problemas existentes nesta área.

Se por um lado, quer o Governo, nas Sessões de Abertura e de Encerramento quer os técnicos, durante as sessões de trabalho, pareciam demons-

trar que tudo era possível resolver e ultrapassar, queixando-se, contudo, os segundos, da exiguidade de meios ao seu dispor, por outro vinham depois os testemunhos dos familiares, por norma as Mães, a trazer à tona das águas tranquilas problemas chocantes, para os quais não se vislumbram, nem a curto nem a médio prazo, quaisquer soluções satisfatórias.

ao acompanhamento do filho deficiente. Recordo-me, por exemplo, do relato do caso de uma família de Aveiro, protagonizado pela Mãe, em que sendo o Pai da criança deficiente, médico neurologista e não tendo a mulher querido abdicar da sua vida profissional, os dois desenvolvem um esforço suplementar enorme para conseguirem ser aceites por outros casais;

cer um filho deficiente, o mesmo sente-se como que roubado por não ter procriado um ser a 100%, ao mesmo tempo que, quando as respectivas famílias se apercebem do acontecido, digladiam-se entre si, tentando descobrir se a causa da deficiência partiu do lado do Pai ou do lado da Mãe. Os pais e as famílias com pessoas deficientes no seu seio estão sujeitos a um desgaste permanente durante dias, meses, anos, sendo, em casos bastante vulgares, impossível ao casal passar umas férias junto, dar um passeio à noite ou ir a um cinema, dado que um deles tem que estar sempre de serviço.

Foi dito nesta conferência que em Portugal existem cerca de 800 mil pessoas com deficiências de todos os graus e natureza. Entretanto, o problema dos deficientes profundos projecta para a família questões de tal modo angustiantes que só Pais verdadeiramente dignos conseguem dar um conforto razoável aos seus filhos. Necessitavam, essas famílias, de uma estrutura de segurança social adequada, nos aspectos de assistência médica, medicamentosa, técnica, económica e outras, que não

existem e que, por aqui e por ali, se mantêm eternamente na fase de «estudos piloto», tendo-se nesta conferência assistido a testemunhos de autênticos «superpessoas» que tornaram possível o impossível, mas que, obviamente, não se podem considerar como amostragem a ter em conta para qualquer estudo estatístico.

A situação nacional e internacional é deplorável; há técnicos, há meios físicos e económicos, mas só para muito poucos, só para os tais «estudos piloto». Para se criar um filho deficiente com um mínimo de dignidade, além de tudo o mais, tem que se dispor de uma boa capacidade financeira. Mas, entretanto, e na realidade as ajudas são poucas e a maioria sobrevive!

Jorge Maurício

«A propósito da conferência europeia...»

A deficiência e suas implicações no seio da família foi o tema de reflexão dos participantes da Conferência Europeia que decorreu nos passados dias 2 e 3, nas instalações da Gulbenkian.

(Continua na pág. 10)



Foi absolutamente notório verificar que nas famílias com crianças, e não só, deficientes, é quase sempre a Mãe que assume o papel fundamental. Por norma, o maior esforço, por um ou por outro motivo, acaba por lhe ser acometido, desligando-se o Pai, algumas vezes totalmente, dos problemas inerentes à reabilitação e

no aspecto profissional tinham, assim, que produzir muito mais que os seus colegas para que o «handicap» se serem progenitores de um bebé deficiente não os fosse diminuir, também, na sua vida social.

Foi tristemente curioso verificar que, em pleno século XX, e quando acontece a um casal nas-

Nós com os outros

Estando a ser publicado, desde Fevereiro, no ELO, um trabalho sobre atendimento hospitalar e ajudas técnicas, achou-se do maior interesse ouvir, digamos, a «outra parte», pelo que, graças à amabilidade do coronel tir. médico Eduardo Mota, Director do HMP, nos é possível apresentar hoje um seu artigo, já saído na «Revista Portuguesa de Medicina Militar», e que, embora sobre uma experiência alheia a deficientes militares, nos dá conta do pensamento de um alto responsável dos serviços médico-militares quanto a um sistema que a nós também diz respeito.

«Reabilitação cardíaca»

Eduardo Mota, cor. tir. médico

Em princípio ninguém duvida de que o doente deve ser encarado como um todo e que actos terapêuticos dedicados exclusivamente ao padecimento físico que o traz ao médico são incompletos e de resultados medíocres. Aceita-se de um modo geral que há uma comparticipação psicológica em

numerosas entidades clínicas, incluindo a asma brônquica, a úlcera péptica, o cólon irritable, a hipertensão arterial e muitas outras, como a psoríase, a dismenorreia, etc. A lista é fastidiosa.

As doenças do foro cardiovascular associam-se a importantes factores dependentes do sistema nervoso, actuando este nos dois sentidos. O stress permanente e certos tipos de personalidade acompanham-se de uma elevada incidência de cardiopatia isquémica, quer como factor predisponente, quer no desencadear de complicações, nomeadamente disritmias.

Mas a doença cardíaca é em si mesma uma agressão psicológica, constituindo um factor de stress emocional que leva a consequências comportamentais importantes. Estes aspectos, se não forem contrariados ou atenuados, são factores de agravamento do quadro clínico subjacente e surgem como responsáveis por complicações, conduzindo a um autêntico círculo vicioso.

O Programa de Reabilitação Cardíaca, na ver-

são que foi implantada no HMDIC, nasceu desta concepção integrada das manifestações clínicas dos cardíacos. O acompanhamento médico e fisioterapeuta constituem os alicerces mutuamente indispensáveis. Os participantes do programa são estudados inicialmente, procurando obter uma estratificação que quantifique



riscos e permita, quanto possível, ajustar o regime de treino às necessidades e à capacidade física e disponibilidade emocional do participante.

Procura-se assim minimizar riscos e aproveitar as sessões do programa como uma fonte de reforço comportamental. A camaradagem e os laços de amizade que espontaneamente se desenvolvem constituem um mecanismo de efeito terapêutico fundamental. Assim, pro-

curou-se proporcionar um ambiente alegre, por vezes mesmo divertido, em que os participantes mais antigos, os veteranos, dão apoio e encorajam os recém-chegados. O ambiente informal e o convívio, antes, durante e após sessão, são fundamentais para o seu êxito. A recuperação física começa sem dúvida pela mentalidade, pela instalação de uma atitude positiva, optimista quanto ao futuro, e por uma atmosfera de simpatia e até mesmo de carinho.

A cinesiterapia é útil para vencer o descondiçãoamento físico que resulta da inactividade e das limitações impostas, durante a fase mais aguda da doença ou da intervenção cirúrgica. Promove uma melhoria da coordenação neuromuscular, facilita e aumenta a amplitude dos movimentos, etc. O treino em cicloergómetro ou em tapete rolante, cuja prescrição se baseia nos resultados dos testes de exercício periódicos, procura a obtenção de uma melhor capacidade física. Não compartilho da fé, quase religiosa, que diversos grupos depositam

no efeito benéfico do exercício sobre a cardiopatia subjacente. Preocupa-me acima de tudo melhorar a qualidade de vida, sem expor os participantes do programa a riscos desnecessários. Considero potencialmente perigoso, além de inútil, preconizar actividade física de índole desportiva, não supervisionada.

Os programas de reabilitação, tão populares em alguns países, visam um mais rápido retorno ao trabalho, minimizando desta forma as despesas das companhias de seguros e das entidades patronais, daí o não incluírem em geral maiores de setenta anos ou mesmo maiores de sessenta e cinco anos.

O Programa de Reabilitação Cardíaca iniciado no HMDIC ou Hospital Militar de Belém visa um apoio médico que se baseia num constante diálogo, num intercâmbio e familiaridade estreitas entre participantes e seus médicos e fisioterapeutas. Visa quebrar barreiras que impedem a comunicação entre grupos, visa derrubar os obstáculos que impedem a aproximação e mesmo a confraternização com pessoal de saúde.

Visa, através de uma experiência inovadora entre nós, envolver os utentes do Hospital na vida da

instituição. Visa estimular o diálogo, formular sugestões, encontrar respostas que melhorem o que está a ser feito, que aperfeiçoem os cuidados prestados, que nos ajudem a ir ao encontro das necessidades emocionais, psicológicas e físicas, sem paternalismos ultrapassados, mas com a afectividade necessária.

Pretende-se assim que: O programa proteja os seus participantes das eventuais complicações, inerentes à história natural da doença, graças a uma prática cardiológica diligente e actualizada, em que há uma componente de apoio psicológico importante.

Trata-se de um projecto piloto que dá ainda os primeiros passos. No próximo ano vai-se proceder à reciclagem do pessoal envolvido na terapêutica. Vão voltar as sessões da tarde, como no ano de 1990, para esclarecimento de dúvidas com os participantes e para debater a problemática dos factores de risco.

Faço votos para que a atmosfera que se respira no 6.º piso do HMDIC se mantenha, ou que melhore, sendo para isso necessário os esforços de todos e a continuação do espírito de equipa e de confiança mútua que envolve todos os participantes.

RENAULT

**AOS MILITARES
E FUNC. DAS INST. MILITARES**
**VENDAS DE VIATURAS RENAULT
DESCONTOS ESPECIAIS**

Renault Portuguesa, S.A.

Contacto

Deleg. de Vendas — Bernardes
Stand: Telef. 859 00 58 — Fax 859 16 90
Resid.: Telef. 443 19 51 (depois das 19.00 h)



Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS
EM VIGOR A PARTIR DE 91.11.11

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault Clio RL 1.1 3 p	1 043 918\$00	1 431 212\$00
Renault Clio RL 1.1 5 p	1 102 138\$00	1 456 966\$00
Renault Clio RN 1.2 3 p	1 166 232\$00	1 605 277\$00
Renault Clio RN 1.2 5 p	1 225 398\$00	1 674 502\$00
Renault Clio RT 1.2 3 p	1 302 633\$00	1 764 867\$00
Renault Clio RT 1.2 5 P	1 360 426\$00	1 832 484\$00
Renault Clio RT 1.4 3 P	1 390 774\$00	2 027 205\$00
Renault Clio RT 1.4 5 p	1 449 941\$00	2 096 431\$00
Renault Clio Baccara	1 926 988\$00	2 654 576\$00
Renault Clio Sport 3 p	1 346 154\$00	1 975 000\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 532 377\$00	2 198 146\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 762 889\$00	2 467 845\$00
Renault 19 TR Drive	1 438 081\$00	1 961 038\$00
Renault 19 GTS Dynamic (P)	1 679 707\$00	2 370 522\$00
Renault Chamade GTS	1 562 675\$00	2 233 594\$00
Renault Chamade TSE	1 797 804\$00	2 508 695\$00
Renault Chamade TR Drive	1 425 098\$00	1 945 848\$00
Renault 21 GTI Bicorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault 21 GTL Tricorpo	1 809 875\$00	2 528 838\$00
Renault Express Combi, 5 lug.	1 228 544\$00	1 655 999\$00
Renault Express Break 1.2	1 448 724\$00	1 977 000\$00

VIATURAS EQUIPADAS COM CAIXA AUTOMÁTICA

Renault Clio Baccara 3 P	2 077 843\$00	2 831 076\$00
Renault Clio Baccara 5 P	2 117 843\$00	2 877 876\$00
Renault 19 GTS	1 683 232\$00	2 374 646\$00
Renault 19 TSE	1 913 744\$00	2 644 345\$00

Transferência+Transportes=
Renault 4 — 17 980\$00; Renault Clio — 17 980\$00; Renault 19 —
22 480\$00; Renault Chamade — 22 480\$00; Renault 21 — 22 480\$00; Renault
Express, 22 480\$00.

NOTA: Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metaliza-
das. As cores metalizadas variam entre os 19 891\$00 e os
30 817\$00.

VENDAS ESPECIAIS PARA DEFICIENTES

Atendimento aos sócios:

Sede: dias úteis, das 16 às 18 horas, ou na
residência, a partir das 19 horas (Telef. 443 19 51);

Porto: primeiro sábado de cada mês;

Outras Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegado de vendas: Sr. Bernardes

Encargos anuais mínimos 123.900\$00 (Clio 1.1) e máximos 132.900\$00 (Clio 1.4). Consumo 15.000 Kms 123.900\$00/132.900\$00; impostos obrigatórios 2.840\$00/4.630\$00. Cálculos com base em gasolina Eurosuper, Nov/90.

Clio



EXPERIÊNCIA VIVA

Interessado no novo Renault Clio? É compreensível.
Indeciso sobre qual a versão que mais lhe convém?
Visite-nos e faça um ensaio do Renault Clio.

...e tudo se transforma



CARRO DO ANO 1991

RENAULT
Ao Ritmo da Vida

CONCESSIONÁRIO

RENAULT PORTUGUESA, S.A. (Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E (Oficina, peças) — Tel.: (01) 859 00 58

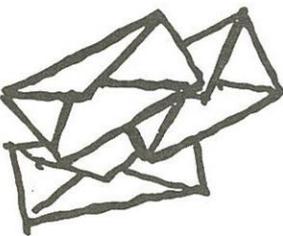
1900 LISBOA

Av. Frei Miguel Contreiras, 16-A (Oficina, peças) — Tel.: 80 84 98/88 61 14

1700 LISBOA

Av. de Roma, 25 (Stand) — Tel.: 76 50 71/2 — 1000 LISBOA

Av. Infante D. Henrique, Lote 575 (Stand) — Tel.: 31 91 30/31 91 61 — 1800 LISBOA



Correspondência

Este mês uma carta do nosso associado António Candeias, de Beja, que aborda um tema tratado numa outra publicada no ELO passado:

Como leitor atento do ELO, muito sensibilizado fiquei com o artigo escrito pelo sócio José Monteiro Palos na secção «Correspondência» no número de Março último.

Antes porém desejo felicitar, embora com atraso, o ELO, e todos que nele trabalham, pela passagem do seu aniversário, com votos de mais e melhor trabalho em prol da DFA — por vezes tão esquecidos por quem de direito — que na sua Associação vêem a esperança da resolução dos seus problemas.

Pela parte que me toca não considero, nem admito sequer, que os DFA oriundos do QP possam ser considerados «enteados». É que a postura dessa Associação tem sido vertical e isenta na defesa intransigente dos nossos direitos, a par dos restantes elementos, e julgo que assim continue.

Dada a discriminação feita entre os militares no activo, da reserva e da reforma extraordinária, tanto no desbloqueamento dos escalões como até na prestação de serviço para contagem de tempo, julgo ser da maior importância que a ADFA defenda, com veemência, o espírito do Dec.-Lei n.º 43/76, pelo qual cada DFA deve ter direito à pensão de reforma extraordinária calculada por

inteiro para cada posto, incluindo o escalão máximo, porquanto a esmagadora maioria dos DFA já tinham atingido o número máximo de diuturnidades. Deve ser considerado o tempo de serviço e não o de permanência no posto. Se assim não for, continuaremos a ser os eternos discriminados.

Confiante na Direcção Central e nos anteriores empenhamentos na resolução de tantos e tantos problemas, aguardo com esperança que mais uma «batalha» venha a ser ganha, a curto ou médio prazos, para que justiça seja feita para os que tanta injustiça já sofrera.

**António Lopes
Cardoso Candeias
Sócio n.º 7675**

ADFA esteve...

(Continuação da pág. 9)

A assistência constituída por muitos técnicos, poucos deficientes e raros familiares destes, ouviu o Secretário de Estado da Segurança Social defender a integração do deficiente em núcleos familiares pagos para o efeito. Discurso político, ignorância ou utopia, foram alguns dos comentários, entre outros, proferidos por deficientes e técnicos relativamente à proposta. Acreditamos que factores de ordem sociológica e psicológica, prioritariamente, não aconselham este tipo de integração sócio-afectiva do deficiente adulto.

Durante os dois dias de conferência, perpassou o desejo de conciliar os papéis dos técnicos e as ex-

pectativas dos familiares, quer através de comunicações explícitas nesse sentido quer dando voz a testemunhos de pais de deficientes.



**Liga Portuguesa
dos Deficientes
Motores**

Foi afirmado que a humildade do técnico, quando aceita o conhecimento empírico da família, com quem o deficiente passa a maior parte do tempo, facilita e poderá mesmo ser uma forma de prevenção primária da deficiência. Apesar das experiências de intervenção directa da

família no processo de reabilitação, que conhecemos não terem sido pacíficas, poderá se uma abordagem a explorar.

Apreciamos a Feira Amostra, patente na conferência, de material pró-tético e lúdico, assim como variada bibliografia sobre vários tipos de deficiências.

Lamentamos a inexistência de Programa Social, pois é um privilegiado espaço de convívio informal entre deficientes e não deficientes, que discutem diferentes vivências, assim como a reduzida presença de deficientes, nomeadamente os sócios da ADFA que se resumiu a três elementos, sendo dois, sócios do Núcleo de Tomar.

Valente dos Santos

DELEGAÇÕES

BRAGANÇA

18.º Aniversário da ADFa

À semelhança dos anos anteriores, a Direcção da Delegação vai comemorar o aniversário da nossa Associação, promovendo um **almoço-convívio** de sócios e famílias, aberto a todos os que a nós se queiram juntar, a ter lugar no restaurante «Turismo», em Bragança, no dia 14 de Junho, domingo.

COM A TUA PRESENÇA DARÁS MAIS FORÇA À NOSSA UNIDADE!

Espera-te um abraço fraterno daqueles que contigo lutam pela completa integração social, ainda longe de ser atingida. Não deixes a tua cadeira vazia. **CONTAMOS CONTIGO!** Providencia, desde já, a tua inscrição nesta confraternização.

Com um abraço amigo da Direcção da Delegação.

PORTO

18.º aniversário da ADFa

Realizando-se, em Coimbra, no dia 16 de Maio, um grande encontro associativo no âmbito das comemorações do 18.º aniversário da nossa Associação (ver folha de «Jornal associativo», neste ELO), a Delegação do Porto gostaria de comparecer a essa «festa de campo», que promete, com a maior representação possível, pelo que pede a todos os sócios

interessados que contactem, logo que puderem, os seus serviços (tel. 02-82 04 03 — Abel Fortuna), a fim de se poder organizar a devida excursão.

E convida também todos para estarem presentes na sessão de apresentação e divulgação do livro do nosso associado Jaime Ferrer, «Fizeram de Mim Soldado», a levar a efeito na nossa cidade, em organização da ADFa e ainda no âmbito dos actos de aniversário, no átrio do Teatro Rivoli, no dia 22, pelas 17 horas.

Informação aos sócios

Processamento de escalões

Num contacto de última hora com a Caixa Geral de Aposentações, fomos informados de que se prevê para o mês de Maio o processamento dos esca-

lões desbloqueados em conformidade com o Dec.-Lei n.º 57/90-art.º 15.º e 24.º, Dec.-Lei n.º 408/90-art.º 2.º e Dec.-Lei n.º 307/91-art.º 3.º.

18.º aniversário da ADFa

Coimbra — festa de campo — 16 de Maio

Sabendo-se que há associados, em todo o país, que se desejam deslocar a esta jornada de convívio, sugere-se que os mesmos entrem em contacto directo com as respectivas Delegações a fim de se poderem organizar excursões e/ou caravanas

PARTICIPA!

CENTRO DE REABILITAÇÃO PROFISSIONAL DE GAIA



Av. João Paulo II
Arcozele
4405 VALADARES

Tel. (02) 762 77 86

Visitas guiadas

Com o objectivo de mostrar o Centro aos sócios da ADFa, ir-se-ão programar visitas guiadas, através das quais se pretende apresentar o trabalho aí desenvolvido e as suas instalações.

O interesse destas visitas é maior quando estiverem concluídas algumas obras em curso, o que acontecerá durante o mês de Maio. Assim, no próximo ELO se informará do início dessas visitas e da sua organização.

Sistema de Transportes

A localização do Centro poderá criar, inicialmente, alguma dificuldade no acesso dos utentes.

Assim e para obviar a estas dificuldades, vão ser implementadas duas estratégias:

1. Informação largamente difundida da localização do Centro e do sistema de transportes públicos do «Grande Porto» para lá;
2. Organização de um sistema de transporte próprio para servir sobretudo as populações residentes na zona oriental do «Grande Porto», nos seguintes moldes:

Ligação diária.

Para profissionais e formandos:

PORTO (ADFA) 8H30	ARCOZELO 9H/17H	PORTO 17H30
----------------------	--------------------	----------------

Para utentes:

ADFA 9H30 14H00	ARCOZELO 10H/12H30 14H30/17H00	13H00/17H30
-----------------------	--------------------------------------	-------------

Ligação nos dias da consulta no HMR 1 (para sócios da ADFa):

A carrinha levará os sócios, do HMR 1 para o Centro e colocá-los-á de novo na Delegação da ADFa, após a conclusão do trabalho ali a fazer.

Viaturas OPEL

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
CORSA		
SW 1.0S 3P	1 086 255\$00	1 445 100\$00
SW 1.2NV 3P	1 143 980\$00	1 610 100\$00
SW 1.2NV 4P	1 266 579\$00	1 900 100\$00
SW 1.2NV 5P	1 192 698\$00	1 667 100\$00
GL 1.4NV 3P	1 252 903\$00	1 884 100\$00
GL 1.4NV 5P	1 301 621\$00	1 941 100\$00
JOY 1.4NV	1 362 305\$00	2 012 100\$00
SW 1.5D 3P	1 403 215\$00	2 145 100\$00
SW 1.5D 4P	1 488 685\$00	2 245 100\$00
ASTRA		
GL 1.2 3P	1 485 382\$00	2 156 100\$00
GT 1.4 3P	1 781 109\$00	2 502 101\$00
GL 1.4 4P	1 639 228\$00	2 336 100\$00
GLS 1.4 4P	1 772 561\$00	2 492 099\$00
GT 1.4 4P	1 866 579\$00	2 602 100\$00
GL 1.4 5P	1 528 117\$00	2 206 100\$00
GLS 1.4D 5P	1 729 826\$00	2 442 099\$00
GT 1.4 5P	1 823 844\$00	2 552 101\$00
GL 1.7D 4P	1 736 145\$00	2 847 100\$00
GL 1.7D 5P	1 693 410\$00	2 797 100\$00
ASTRA CARAVANS		
GL 1.4 5P	1 630 681\$00	2 326 100\$00
GLS 1.4 5P	1 823 844\$00	2 552 101\$00
CLUB 1.4 5P	1 900 767\$00	2 642 100\$00
GL 1.7D 5P	1 795 974\$00	2 917 100\$00
GLS 1.7D 5P	2 079 212\$00	3 242 100\$00
CLUB 1.7D 5P	2 156 135\$00	3 332 100\$00
VECTRA		
GL 1.4 4P	1 893 074\$00	2 801 951\$00
GL 1.4 5P	1 940 425\$00	2 694 350\$00
GL 1.7D 4P	2 270 590\$00	3 478 250\$00
GL 1.7D 5P	2 318 197\$00	3 533 950\$00

AUTOMÓVEIS FIAT

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
UNO 45-3P	970 525\$00	1 286 764\$00
UNO 45S-3P	1 060 268\$00	1 391 764\$00
UNO 45S-5P	1 129 499\$00	1 472 764\$00
UNO 60S-3P	1 088 213\$00	1 477 764\$00
UNO 60S-5P	1 152 315\$00	1 552 764\$00
UNO 60 SX	1 256 589\$00	1 674 764\$00
UNO DIESEL 3P	1 231 259\$00	1 758 764\$00
UNO TURBO DIESEL 5P	1 603 261\$00	2 250 763\$00
TIPO 1.1	1 321 546\$00	1 750 764\$00
TIPO 1.4	1 420 099\$00	2 040 764\$00
TIPO 1.7D	1 469 404\$00	2 509 764\$00
TEMPRA 1.4 SX	1 673 518\$00	2 337 264\$00
TEMPRA 1.4 (Carrinha)	1 732 065\$00	2 405 764\$00

AUTOMÓVEIS VOLKSWAGEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
GOLF CL 1.4 2 P	1 427 078\$00	2 049 504\$00
GOLF CL 1.4+4 P	1 486 927\$00	2 119 528\$00
GOLF GL 1.4 2 P	1 699 731\$00	2 368 508\$00
GOLF GL 1.4 4 P	1 754 445\$00	2 432 524\$00
GOLF GLTA 1.4 2 P	1 811 697\$00	2 499 508\$00
VENTO CL 1.4	1 658 690\$00	2 300 657\$00
VENTO GL 1.4	2 014 065\$00	2 712 892\$00
PASSAT CL TD 1.6	2 838 709\$00	4 011 314\$00
PASSAT GL TD 1.6	3 234 145\$00	4 470 019\$00
PASSAT VAR CL TD 1.6	3 071 397\$00	4 281 232\$00
PASSAT VAR GL TD 1.6	3 439 483\$00	4 708 211\$00

— Os valores acima expostos, não contemplam as despesas do despachante no desfalecimento da viatura, excepto para a marca Opel.

Os sócios interessados nestas viaturas podem telefonar para 859 50 16 a partir das 19H30, Alberto Pinto.

Outras informações nas horas de expediente: 346 21 67/8.

SEDE

ASSISTÊNCIA MÉDICA E PSICOSSOCIAL

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Terças e sextas-feiras, às 13 horas
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas.
PSICOLOGIA — «Stress de guerra» dr.ª Paula Frazão	Terças, Quartas e Sextas-feiras, 10/12 h.
ORIENTAÇÃO ESCOLAR E PROFISSIONAL dr.ª Cecília Pires e Paula Frazão	Quartas-feiras, 9/12.30-14/18 h.
SERVIÇO SOCIAL Técnica de Serviço Social: dr.ª Gracinda Benedito	Segundas e Quartas-feiras, 14.30/17.30 h.

Outros Serviços

SERVIÇOS GERAIS E EXPEDIENTE:
Segundas a sextas-feiras, das 09H00 às 12H30 e das 14H00 às 18H00

BAR E CANTINA
Segundas a sextas-feiras
10H00/14H00
15H30/18H00

SECÇÃO FOTOGRAFICA:
Horário normal de expediente a cargo do sr. João Domingos (Recepção)

- As consultas efectuam-se todas no consultório médico da Sede.
- As marcações são feitas do DASC., 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8.
- As consultas de «stress de guerra» e as sessões de Orientação Escolar e Profissional (estas destinadas a filhos de sócios), estão sujeitas a marcação prévia, a qual deve ser feita directamente pelo telefone 32 62 47.

ASSUNTO: Vendas de viaturas para deficientes

Documentação necessária aos deficientes civis ao abrigo do Decreto-Lei 103-A/90 de 22 de Março 1990

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pela Delegação de Saúde da área: da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação ou de isenção do IRS dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas Finanças da área da sua residência.

Documentos necessários para os deficientes das Forças Armadas ao abrigo do Decreto Lei 43/76 de 20 de Janeiro

1 — Declaração da incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

JORNAL ASSOCIATIVO

PARTICIPAÇÃO OFICIAL E ASSOCIATIVA INTEGRA COMEMORAÇÕES DO 18.º ANIVERSÁRIO DA ADFA EM TODO O PAÍS

A ADFA, para comemorar o seu 18.º aniversário, entendeu descentralizar as actividades a levar a efeito, no sentido simultâneo de mais vasta sensibilização de entidades oficiais, centrais e regionais, e de mais alargada participação de sócios, trabalhadores, e suas famílias.

zação conjunta das Direcções Central e de Delegação. Assim:

— De 11 a 17, encontrar-se-á patente ao público, com especial incidência para o escolar, uma exposição sobre a vida da ADFA, que terá lugar no auditório do complexo das piscinas municipais,

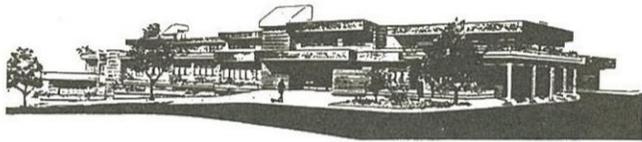
como falará da realidade concreta que é a presença dos deficientes militares na sociedade portuguesa, nomeadamente na zona coimbrã, perante as autoridades locais, civis e militares, organizações de e para pessoas deficientes, associações cívicas e população em geral;

— Ainda no mesmo dia, pelas 19h30, no casino da Figueira da Foz, realizar-se-á um jantar comemorativo, com a presença também de diversas entidades convidadas, para o qual abriram já as inscrições, as quais devem ser efectuadas, até ao próximo dia 8, apenas para a Delegação de Coimbra, que prestará to-

ter que ser feito de imediato, por cheque ou vale de correio, emitido a favor da ADFA-Coimbra.

Seguir-se-á, pelas 21h30, um espectáculo de variedades, oferecido pela Câmara Municipal daquela cidade, ao qual poderão assistir, com entrada gratuita (consumo a pagar), todos os sócios que assim o desejarem, actuando, entre outros artistas, Manuel Freire e Samuel.

— No dia 16, o grande encontro nacional associativo, com concentração, a partir das 11 da manhã, no Parque das Merendas de Mogofores, concelho de Anadia, onde se espera que gran-



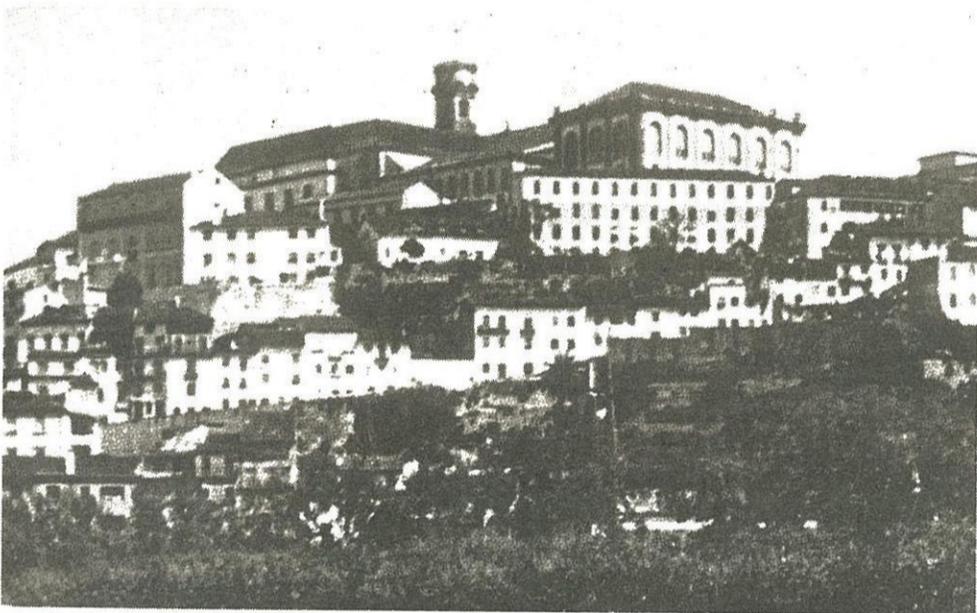
Assim, embora de índole diversificada, todas as acções se interligam no seu significado e projecção, pelo que constituirão, no seu conjunto, ponto alto e uno da efeméride.

As comemorações terão início no dia 14, em Lisboa, com a visita que às obras da nova Sede se fará pelas 10 horas e para a qual foram convidados os Secretários de Estado da Defesa Nacional, Dr. Figueiredo Lopes, das Infra-estruturas e Tecnologias de Defesa, Dr. Eugénio Ramos, das Obras Públicas, Dr. Zeferino da Ponte, e do Emprego, Dr. António Cardoso, e que serão acompanhados por órgãos sociais centrais e regionais, tal como por todos os sócios que queiram estar presentes nessa ocasião.

Entretanto, parte muito significativa das actividades, com carácter iminentemente associativo e de divulgação, terá lugar em Coimbra, em organi-

anexo ao Estádio, cedido, para tal, pela respectiva autarquia;

— No dia 15, pelas 15 horas, no mesmo local, terá lugar uma sessão pú-



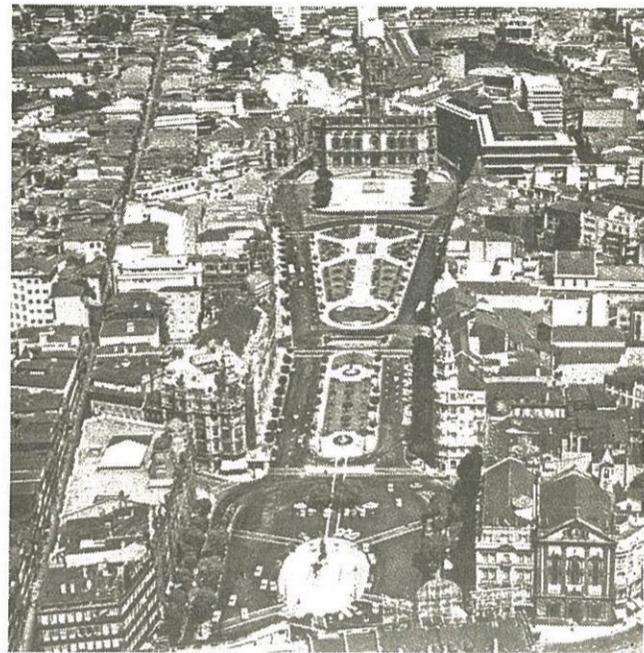
blica em que a Associação apresentará a sua história, os seus objectivos e actividades, a nível nacional e internacional, assim

das as informações necessárias (telef. 039/27712), chamando-se a atenção para o facto do pagamento (3000\$00 por pessoa),

de presença de sócios e famílias proporcione momento demonstrativo de participada e dinâmica solidariedade, como nos recomendou o III Congresso Nacional.

Para esta festa de campo, cada um deverá levar, à maneira antiga, o seu farnel, que entre todos repartiremos. No entanto, ninguém passará fome, já que a Delegação garante meia dúzia de febras, uns tantos garrações, pão da região e, sobretudo, muitos assadores para que, já de casa, levemos os frangos temperados. Para dedejum e fim de tarde, umas harmónicas e umas violas ajudarão ao convívio.

— No dia 30, ainda na cidade do Mondego, terá lugar uma prova de atletismo integrado que percorrerá a zona da Baixa, organizada pela Direcção-Geral dos Desportos/Delegação de Coimbra, e subordinada ao tema «Ju-



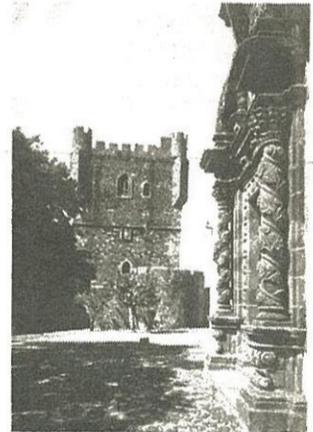
ventude-Europa 92», sendo considerada, por resolução daquele organismo desportivo, como parte das comemorações do nosso 18.º Aniversário.

Já fora de Coimbra, outras realizações se concretizarão:

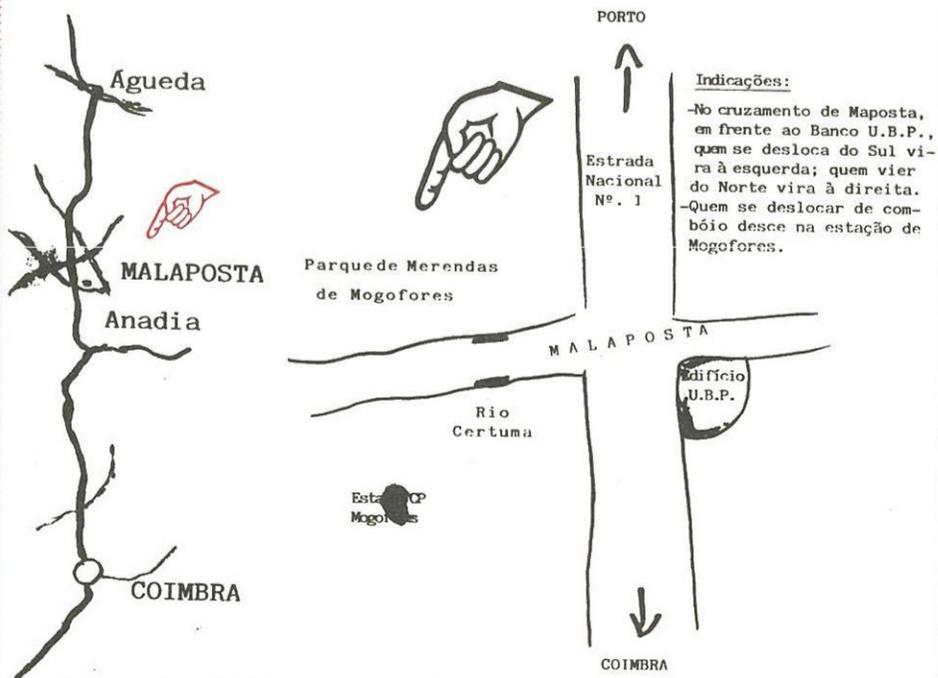
— No Porto, e de âmbito mais cultural, a ADFA levará a efeito no dia 22, e por intermédio da respectiva delegação, uma sessão de apresentação e divulgação do livro «Fizeram de Mim Soldado», da autoria do nosso associado Jaime Ferreri (ver ELO de Fevereiro, em «Ponto de Encontro»).

No evento, a decorrer, a partir das 17 horas, no átrio do Teatro Rivoli, cedido para o efeito pela edilidade local, intervirão vários oradores, seguindo-se um debate público em que se abordará não só o tema da obra como também o papel da ADFA em todo o processo pós-guerra colonial.

— Finalmente, no dia 14 de Junho (domingo), a delegação de Bragança promove um almoço-convívio de sócios e famílias, no Restaurante Turismo, a que comparecerão órgãos sociais centrais e regionais, e todos aqueles



que, de qualquer ponto do País, se queiram associar a mais esta jornada associativa, devendo, para o efeito, fazer a sua inscrição directamente para esta delegação.



Calendário associativo

• 18.º aniversário da ADFA.

11/17 Maio — Exposição, em Coimbra;
14 Maio — Visita às obras da nossa Sede, em Lisboa;

15 Maio — Conferência, em Coimbra; jantar e variedades, na Figueira da Foz;

16 Maio — Festa de campo, em Mogofores, Coimbra;

22 Maio — Apresentação do livro «Fizeram de Mim Soldado», do sócio Jaime Ferreri, no Porto;

30 Maio — Prova de atletismo Juventude — Europa-92, em Coimbra;

14 Junho — Almoço-convívio, em Bragança.

• 23 Maio — 2.º aniversário da União de Antigos Combatentes de Portugal, Angola, Moçambique e Guiné-Bissau.